

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Camila de Vasconcelos

Capital Social e Participação Política: um estudo de caso sobre os Atingidos por
Hidrelétricas no Sul do Brasil

Fevereiro de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-graduação em Ciência Política

Camila de Vasconcelos

Capital Social e Participação Política: um estudo de caso sobre os Atingidos por Hidrelétricas no Sul do Brasil

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Programa de Pós Graduação em Ciência Política.

Orientador: **Professor Dr.Cesar Marcello Baquero Jacome**

Fevereiro de 2014.

Dedico a meus pais,
Paulo Ricardo e Luiza Mara
Apoiadores de minha trajetória

**Uma coisa morta pode seguir a correnteza, mas somente uma coisa viva pode
contrariá-la.**

G. K. Chesterton

Agradecimentos

Agradeço a Deus pela vida e pela oportunidade de concluir esse curso, pois a sua graça me dá forças e tem me sustentado ao longo desses anos; a Ele toda a minha adoração. Aos meus pais, Paulo Ricardo e Luiza Mara, por contribuírem em todos os momentos da conclusão desse sonho.

Agradeço ao meu irmão, Rafael, por ser meu amigo, auxiliando nos momentos difíceis, e por dar apoio técnico ao longo desse projeto. Aos amigos que, se por vezes distantes, compreenderam minha ausência e sempre tiveram uma palavra de incentivo e motivação. A Ana, Elisa, Gabriela, Joice, Léia, Mirian, Rafaela, Raquel, e Tomaz (em ordem alfabética para não gerar “ciuminhos”), aos meus alunos, obrigada por estarem comigo nos dias bons e ruins.

Aos colegas, Bruno Conceição, Bruno Mello e Jennifer Moraes, amigos de profissão, pelas contribuições importantes dedicadas a esse trabalho.

Agradeço aos mestres, meu orientador Professor Dr. Marcello Baquero e Professor Dr. Rodrigo Stumpf González, que dedicaram seu tempo ao meu aprendizado, investindo na minha capacidade e possibilitando o meu progresso na construção de conhecimento na Ciência Política.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao Instituto de Ciências Humanas e ao Programa de Pós Graduação, e a tantos outros colegas e professores que estiveram de alguma forma presentes e tornaram esse momento possível.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior – CAPES – e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – por me concederem, respectivamente, Bolsa de estudo durante a Pós-graduação e financiamento para participação em congressos; os recursos foram essenciais à execução desse projeto.

Resumo

O desenvolvimento da economia brasileira exige investimentos de natureza energética para seu bom desempenho. Nesse sentido, as medidas adotadas ao longo do século XX no país foram em sua maioria construções de Usinas Hidrelétricas de Energia. Entretanto, esses empreendimentos atingem milhares de pessoas, afetando a vida social, política e comunitária desta população. Nesse caso, pesquisas apontam que a presença de capital social em comunidades proporcionam a cooperação entre os seus membros, uma vez que, entre as relações sociais, predominam a confiança e a reciprocidade. Com base nestas considerações, verifica-se qual a relação entre os níveis de capital social de uma comunidade que passou pelo processo de remanejamento compulsório, com as formas de participação em atividades políticas da mesma. Para isso, utiliza-se os dados coletados pelo Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento “Avaliação dos Resultados e Proposição de Modelo de Elaboração de Programas de Remanejamento da População Atingida por Empreendimentos Hidrelétricos (2010-2014)” no interior do sul do Brasil, na região do alto do rio Uruguai. O trabalho identifica que o capital social encapsulado nas comunidades analisadas pode ter contribuído para viabilizar mobilizações políticas, embora estas não tivessem sido capazes de desencadear conquistas sociais permanentes, no âmbito da cultura política, para os atingidos por UHEs.

Palavras-Chaves: Capital Social; Confiança, Participação Política, Hidrelétricas.

Abstract

The development of the Brazilian economy demands energetic investments in order to achieve a good performance. In fact, the majority of measures taken during the 20th century were the construction of Hydroelectric Power Plants. Nevertheless, these developments affect thousands of people, influencing their social, political and community life. In this case, researches show that the presence of social capital in communities enable a cooperation among their members, once among the social relationships, there is the predominance of trust and reciprocity. Based on these considerations, we verify what the relation is between the levels of the social capital of a community that went through the process of compulsory relocation and the ways of participation in political activities of it. Thus, it is used data collected by the Research and Development Project “Assessment of Results and Proposition of Model and Elaboration of Programs of Relocation of the Population affected by Hydroelectric Developments (2010 – 2014)” in the countryside of Southern region in Brazil, specifically in the region of the high Uruguay River. This paper identifies that the social capital encapsulated in the communities analyzed may have contributed to enable political mobilizations, though these had not been able to initiate permanent social achievements, in the political culture, to the ones affected by HPPs.

Keywords Social Capital; Trust, Political Participation, Hydroelectric Power.

Lista de Gráficos, Figuras, Quadros e Tabelas

Gráfico 1 – Modelo a ser testado para cada tipo de Participação Política	18
Gráfico 2 – Efeitos Diretos e Indiretos sobre a Participação Política	45
Figura 1 – Mapa das Usinas Hidrelétricas de Energia na região do alto do rio Uruguai consideradas na pesquisa	16
Quadro 1 – Operacionalização dos conceitos utilizados no modelo	17
Quadro 2 – Fórmula da Análise de Trajetória	44
Quadro 3 – Efeitos Diretos, Indiretos e Totais sobre a Participação Política	48
Tabela 1 – Índice de capital social encapsulado e índice de potencial de capital social emancipatório	42
Tabela 2 – Índice de confiança institucional, índice de confiança interpessoal e índice de participação política	43

Lista de siglas e abreviaturas

ANEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRAB – Comissão Regional de Atingidos por Barragens

ELETOBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

ELETROSUL – Eletrosul Centrais Elétricas do Sul S.A.

FAPES – Fundação Alto Uruguai para Pesquisa e o Ensino Superior

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana

MAB – Movimento do Atingidos por Barragens

PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas

SPSS – Statistical Package For The Social Sciences

UHEs – Usinas Hidrelétricas de Energia

Sumário

1. Introdução	10
2. Metodologia	16
3. Capital social, confiança, participação política e os atingidos por UHEs	21
<i>Capital social</i>	21
<i>Capital social encapsulado e potencial de capital social emancipatório</i>	26
<i>Confiança interpessoal e confiança institucional</i>	30
<i>Participação Política</i>	36
4. Análise dos dados	40
<i>Construção dos índices do modelo</i>	40
<i>Análise do modelo de trajetória para os atingidos por UHEs no sul do Brasil</i>	43
5. Conclusão	50
6. Referências	53
7. Anexos	58
<i>Anexo 1: Questionário</i>	58
<i>Anexo 2: Construção dos Indicadores</i>	69
Etapas de construção dos índices: Ponderação das Variáveis	69
Descrição estatística e frequência dos índices	71
<i>Anexo 3: Modelo de Análise de Trajetória</i>	74

1. Introdução

O desenvolvimento econômico de um país depende, em grande medida, da geração e provisão de energia para o funcionamento eficiente de indústrias e de atividades cotidianas da população. O Brasil, à semelhança de outros países, tem investido na construção de uma matriz energética buscando satisfazer a crescente demanda da população. Nessa direção, a principal estratégia adotada tem sido a de construção de Usinas Hidrelétricas de Energia (UHEs) e de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), que produzem energia por meio da captação de água, uma fonte renovável, e com impactos ambientais¹ reduzidos, se comparados, por exemplo, à energia nuclear. Tal argumento tem se constituído numa das principais justificativas dos governos para construir UHEs nas bacias hidrográficas² (ANEEL, 2008).

Entre os anos 1950 e 1970, o significativo aumento da demanda de energia no país, derivado do constante crescimento da população e da produção, expandiu a implantação de grandes UHEs, como a construção de Itaipu, na fronteira com o Paraguai, e de Sobradinho, no rio São Francisco³. Da mesma forma, a crise do petróleo, nos anos de 1970, estimulou a busca por medidas de desenvolvimento de infraestrutura energética no país. Isso resultou, em 1979, na publicação pela ELETROSUL⁴ de um estudo de inventário hidrelétrico para a construção de 22 UHEs⁵ na região da bacia do rio Uruguai, campo de estudo deste trabalho. Tal região foi considerada estratégica pela proximidade com a região sudeste e pelo relevo acidentado, que proporcionava o armazenamento de reservatórios (SEMINOTTI, 2012).

O lançamento do inventário pela ELETROSUL, entretanto, suscitou um mal-estar entre os moradores da região da bacia do rio Uruguai, principalmente em decorrência de notícias sobre as remoções ocorridas anteriormente, em Itaipu e São Francisco, cujos ressarcimentos não foram considerados adequados pelos atingidos. Esse

¹ As fontes de energia hidráulica são consideradas fontes de energia limpa, pois não liberam poluentes na atmosfera, e fontes renováveis, devido ao cumprimento do ciclo da água, com a ocorrência da evaporação e chuvas (ANEEL, 2008).

² O país possui cerca de 12% da água doce do planeta e é apontado por possuir o maior potencial energético do mundo, estimado em 260 GW, sendo que no ano de 2008 alcançou 30% destes. Contudo, na região da Bacia do Rio Uruguai, objeto de análise deste estudo, 40% do potencial energético estimado para aquela região já foi aproveitado (ANEEL, 2008).

³ Foram nestes empreendimentos que ocorreram as primeiras grandes remoções de moradores das regiões alagadas, com cerca de 70 mil pessoas só no Rio São Francisco (ROCHA, 2012a).

⁴ Subsidiária da ELETROBRAS, empresa estatal responsável pela proposta e início das obras na região (REIS, 2007).

⁵ Entre essas, a construção das UHEs de Itá e de Machadinho eram consideradas prioritárias e foram as primeiras a serem concluídas.

descontentamento ocorre, também, em meio ao contexto político brasileiro que consistia na abertura política lenta e controlada do regime militar⁶, que significou a atenuação das formas de repressão sociais, inclusive para os opositores à construção de empreendimentos na região. Em meio a este processo, foram criados movimentos sociais que buscavam projetar a causa dos atingidos frente ao restante da sociedade e das instituições políticas. Com essas medidas, os agricultores se opuseram às políticas adotadas no inventário e divulgaram suas reivindicações para o restante da população.

Sob essas condições, em 1979, foi criada a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), um movimento social⁷ na região que buscava agregar discussões e mobilizações em prol de melhores condições de remanejamento, tendo, como meta maior, o próprio cancelamento das obras (SEMINOTTI, 2012). Com o slogan “Terra Sim, Barragens Não!”, o grupo⁸ organizou, principalmente entre 1979 e 1983, abaixo-assinados, manifestações públicas e passeatas, cujas ações eram dirigidas contra a ELETROSUL (ROTHAMAN, 1996). Reis (2007) afirma que o movimento agiu de forma enérgica no acompanhamento do reassentamento dos atingidos por Itá, trabalhando na criação de comissões que oportunizassem reassentamentos coletivos⁹ para a região.

Em 1989, em decorrência de outros empreendimentos colocados em operação em todo o Brasil, é criado, em âmbito nacional, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que atualmente se faz presente em todos os empreendimentos de UHEs do país (SEMINOTTI, 2012; MAB, 2011). O MAB tem a “finalidade de ampliar a força política para disputar a forma de tratamento social da população atingida, buscando o direito de defender as diversidades sociais, culturais e biológicas da região” (SEMINOTTI, 2012, p. 162). O movimento atua junto aos atingidos na luta por uma melhor perspectiva no realojamento dessas comunidades, tentando diminuir os efeitos traumáticos desse

⁶ O sistema político brasileiro experimentava em 1979 o início do processo da abertura política militar. Nesse ano, decreta a anistia política, considerada uma abertura lenta e gradual, marcada pela continuidade das elites políticas (ARTURI, 2001).

⁷ O movimento surge da atuação inicial de padres ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT), de lideranças dos sindicatos de Trabalhadores Rurais, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECLB) e de professores da Fundação Alto Uruguai para Pesquisa e o Ensino Superior (FAPES) que resultaram na criação de um movimento regional de organização e de luta (ROTHAMAN, 1996).

⁸ O grupo organizou-se internamente com a criação regional de focos do movimento em comissões locais, as ações de conscientização foram capazes de unir cerca de 90% dos quadros de dirigentes de movimentos sociais da região, entre os anos 1979 e 1986 (SEMINOTTI, 2012).

⁹ As modalidades de ressarcimento utilizadas na região do alto do rio Uruguai foram de indenização em dinheiro ou de reassentamento. Esse, por sua vez, pode ser realizado como: reassentamento rural coletivo, pequenos reassentamentos rurais, autorreassentamento ou carta de crédito, reassentamento em áreas remanescentes e reassentamento urbano. Com o reassentamento coletivo, o empreendedor arca com responsabilidade em longo prazo sobre a adaptação dos atingidos (ROCHA, 2012a).

deslocamento¹⁰. Ao mesmo tempo, defende a problematização do tema do desenvolvimento energético brasileiro, através de um trabalho de conscientização com os futuros atingidos, cujo objetivo vai além dos efeitos negativos dos remanejamentos (SEMINOTTI, 2012).

O princípio das mobilizações políticas dos atingidos contrários à construção das UHEs tiveram início, portanto, na região de fronteira entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, caracterizada por uma população heterogênea e que apresenta, ainda hoje, alta densidade demográfica. Isso porque possui uma população resultante da entrada de imigrantes coloniais europeus do final do século XIX e início do século XX. Essa concentração acarretou um grande remanejamento natural de pessoas da região durante todo o século XX, que migraram voluntariamente para a, então, fronteira agrícola do norte do Paraná e, posteriormente, para o Mato Grosso do Sul. Nesse contexto, a região já havia passado por um grande processo migratório natural do excedente populacional, e na medida em que os colonos passavam a receber a imposição do governo para realizar remanejamentos em função de políticas energéticas, conforme Sigaud (1986), o estado rompeu com a lógica de mobilidade natural das comunidades agrícolas.

O contexto desses atingidos, entretanto, apresenta uma realidade contraditória. Se por um lado, a justificativa econômica da construção das UHEs é consistente, um aspecto que tem sido negligenciado pelos empreendedores é o que diz respeito aos impactos psicológicos, sociais e econômicos nas comunidades atingidas por esses empreendimentos. Nesse sentido, pesquisas desenvolvidas apontam que, no processo de estabelecimento de UHEs, famílias e comunidades inteiras passam por alterações permanentes de cunho social-psicológico e econômico (ROCHA, 2012a; PASE e BAQUERO, 2012 e 2013; SIGAUD, 1986 e 1992). Essas alterações decorrem geralmente de um remanejamento compulsório, onde as medidas compensatórias se restringem a indenizações¹¹ que nem sempre atendem as necessidades psicológicas e sociais dos atingidos¹² por UHEs.

¹⁰Esse propósito partiu da problemática enfrentada por boa parte dos atingidos, uma vez que a entrega de Carta de Crédito para os agricultores não garantia adequação social depois do remanejamento. Uma alternativa proposta foi o reassentamento coletivo, que preservou as características dessas comunidades (MORAIS, 2013).

¹¹ O processo de implantação de uma hidrelétrica possui três etapas: Licenciamento Prévio, Licenciamento de Instalação e Licenciamento de Operação. Este processo foi regulamentado, em 1987, pela Resolução nº 006/1987, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

¹² Rocha (2012b) considera a evolução técnica adotada pelos empreendedores para a o conceito de atingido, o qual, inicialmente, os indivíduos somente eram reconhecidos como tais se fossem proprietários de terras a serem inundadas. Entretanto, no decorrer do processo social, e jurídico, com o advento de outras hidrelétricas e pela constante luta de movimentos sociais, esse conceito passa a incorporar os não-

Dessa forma, compreender, do ponto de vista da Ciência Política, como os moradores percebem as ações compensatórias dos empreendedores e quais os dispositivos que poderiam ser utilizados para atenuar os efeitos psicológicos e sociais, torna-se tema relevante e atual de pesquisa. Assim, este estudo examina qual a influência do capital social e da confiança sobre a participação política dos atingidos por UHEs no sul do Brasil, problematizando se capital social e participação política dos atingidos por UHEs poderiam contribuir para gerar uma ação coletiva mais eficiente e empoderadora.

Segundo Putnam (1996), a presença de Capital Social pode ser um dos grandes responsáveis por mudanças sociais cívicas, ou seja, com base nas relações sociais de um grupo que estejam firmadas na confiança e em normas comuns, o capital social é capaz de produzir atitudes e comportamentos cooperativos. Nesse caso, Baquero (2013) argumenta que o capital social é capaz de empoderar as pessoas do contexto social em que vivem, e assim, elas virem a se envolver em assuntos políticos. Com base nessas considerações, questiona-se, se a presença de capital social é potencialmente capaz de influenciar a participação política de uma comunidade; nesse caso, entre as pessoas remanejadas por UHEs.

Desse modo, analisar as pessoas atingidas por UHEs no sul do Brasil está na meta-agenda da Ciência Política, uma vez que foi na região do alto do rio Uruguai que os atingidos pela construção de UHEs protagonizaram mobilizações a fim de reivindicar melhores condições de negociação com os empreendedores. Mobilizados através de passeatas, manifestações, ocupação de prédios públicos, movimentos sociais e associações, essa população participou de um movimento que alterou o padrão das negociações dessas e de outras indenizações (ROCHA, 2012a). Entre as principais formas de engajamento, a formação da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), e, posteriormente, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) possibilitaram na formalização do engajamento em oposição à presença dos empreendedores na região.

Com base nessas observações, o objetivo central deste trabalho é: analisar o desenvolvimento e/ou a presença de capital social e de confiança influenciando sobre a participação política dos atingidos por UHEs no alto do rio Uruguai, no sul do Brasil, na

proprietários (posseiros, arrendatários, meeiros, parceiros) (ROCHA, 2012a). Mais adiante, consideraram-se, também, os atingidos indiretos, os quais não teriam terras inundadas, mas que faziam parte do contexto social local. Nesse caso, González, no âmbito da pesquisa P&D Remanejamento, indica uma definição para o termo atingido que pode ser mensurado metodologicamente; são, assim, considerados “o conjunto da população que obtém benefícios ou sofre consequências dos empreendimentos” (2013, p. 206).

época dos remanejamentos visto que tais elementos podem promover o engajamento cívico na comunidade.

Os objetivos específicos são:

– Elaborar índices dos conceitos de capital social encapsulado, potencial de capital social emancipatório, confiança interpessoal, confiança institucional e participação política.

– Analisar se a existência de capital social encapsulado afetou positivamente na confiança interpessoal dos atingidos, antes dos remanejamentos.

– Analisar se a existência de potencial de capital social emancipatório influencia a confiança interpessoal e a confiança institucional.

– Avaliar se a existência de capital social encapsulado e de potencial de capital social emancipatório afetaram positivamente a participação política dos atingidos.

– Comparar a influência do capital social encapsulado e do potencial de capital social emancipatório, ambos sobre a confiança interpessoal, confiança institucional e a participação política dos atingidos.

Hipótese central

A hipótese central é de que a existência de capital social, confiança interpessoal e confiança institucional nas comunidades atingidas por barragens influencia a participação política dos atingidos por UHEs.

Hipóteses específicas:

– Quanto maior o estoque de capital social encapsulado e de potencial de capital social emancipatório; maior a participação política dos atingidos.

– Quanto maior o estoque de capital social encapsulado e de potencial de capital social emancipatório; maior a confiança interpessoal e a confiança institucional entre os atingidos.

– Quanto maior a presença de confiança institucional e de confiança interpessoal; maior a participação política.

– Quanto maior o estoque de capital social encapsulado; maior o potencial de capital social emancipatório.

– Quanto maior a presença de confiança interpessoal; maior a presença de confiança institucional dos atingidos.

Nesse sentido, este trabalho visa contribuir para desenvolvimento da área da ciência política, principalmente, com a finalidade de testar argumentos a respeito do

capital social, provenientes dos estudos de Robert Putnam. Apesar de já existir uma vasta bibliografia a esse respeito, busca-se incorporar elementos novos, pois relaciona o conceito com formas não formais de participação política em um contexto de ruptura social de uma comunidade de atingidos por UHEs. Isso porque, os empreendimentos, através de remanejamentos compulsórios, modificam a região da comunidade dos atingidos e, portanto, a organização social pré-existente na comunidade. No caso dos atingidos por UHEs do alto do rio Uruguai, eles já pertenciam a um contexto social e econômico caracterizado por pequenas propriedades rurais, que potencialmente apresentavam elevados estoques de capital social (MARTINEZ, 2010). Espera-se, portanto, avaliar se a presença de estoques de capital social proporcionou uma participação política entre esses atingidos. Infere-se que essa comunidade analisada apresentou um protagonismo na criação de movimentos sociais contrários aos empreendimentos das UHEs que pode ser explicado pelos estoques de capital social anteriores. Portanto, as análises de correlação entre os indicadores de capital social, confiança e de participação política podem reiterar ou refutar os argumentos propostos junto à teoria de capital social referida, bem como, podem preencher lacunas existentes a esta bibliografia.

Este trabalho está estruturado em cinco partes. Além da introdução, a segunda parte discute a metodologia empregada. Na terceira, se examinam as teorias sobre capital social, confiança e participação política. Na quarta parte, se discute os resultados das hipóteses testadas, e, por fim, apresentam-se os resultados e as conclusões do trabalho.

As hipóteses foram testadas utilizando a técnica de análise de trajetória. Essa técnica (*path analysis*), é utilizada para aferir as relações diretas e indiretas entre as variáveis dentro de um modelo teórico proposto (LLERAS, 2005). Optou-se por utilizar a referida técnica, porque ela permite estabelecer um diálogo entre a teoria e os dados empíricos. No quadro abaixo, estão indicadas as variáveis do questionário (em anexo) utilizadas na construção dos índices:

Quadro 1 – Operacionalização dos conceitos utilizados no modelo

Conceito		Variáveis	Definições operacionais
Participação Política	Participação Política Comunitária	q47.12 MAB q47.9 Manifestações/protestos q47.10 Ocupação de terrenos/prédios públicos	Participa Já participou Não participa
Capital Social	Capital Social Encapsulado	q33.1A Há atividades de lazer na comunidade? q33.2A O(a) Sr(a) costuma ir nessas atividades? q33.3A Gosta dessas atividades?	Sim Não
	Capital Social Emancipatório	q46.1 A participação das pessoas é importante para resolver os problemas do país/região? q46.2 A colaboração entre pessoas pode contribuir para melhorar a situação no país/região?	Concorda Não concorda
Confiança	Confiança Interpessoal	q35.2A Como é a relação com vizinhos? q35.3A Se precisasse viajar por um ou dois dias, o(a) sr(a) poderia contar com vizinhos para cuidar da sua casa/filhos?	Boa Regular Ruim
	Confiança Institucional	q44.1 Das instituições que vou falar, você confia ou não em: Governo Federal q44.2 Governo Estadual q44.3 Governo Municipal	Confia Mais ou menos Não confia

Fonte: elaboração própria com base nas questões estruturadas no questionário da pesquisa P & D Remanejamento, o questionário encontra-se em anexo (Anexo 1).

A técnica de análise de trajetória baseia-se em análises de regressão múltipla que são determinadas pelas relações entre as variáveis; as relações são expressas pelo desenho de um diagrama (*path diagram*). Essa técnica explicita que modelos causais formulados teoricamente podem ser verificados por meio de estimativas probabilísticas das conexões entre um conjunto de variáveis. As conexões que ocorrem numa direção determinada perpassam diversos caminhos entre as variáveis para definir coeficientes de correlações (BRYMAN e CRAMER, 2005).

A construção de um modelo de análise de trajetória relaciona variáveis exógenas com a variável dependente, de maneira direta e através de variáveis endógenas para computar o efeito total. Assim, diagrama-se um modelo direcional, cuja estrutura (sentido) é definida pelo pesquisador previamente, com base na teoria. A relação entre as

de uma contínua relação de trocas, sustentando elevados níveis de confiança interpessoal (PUTNAM, 1996). O capital social, então, segundo o autor, facilita o fluxo de comunicação que destaca, ou não, a confiabilidade de outros membros.

Putnam argumenta ainda que a confiança interpessoal pode, em determinados contextos, estar correlacionada com a confiança institucional. Logo, a confiabilidade existente entre a comunidade pode transcender para outras instâncias, nesse caso, a confiança em instituições democráticas. Assim sendo, mesmo que os atingidos por UHEs apresentem discordâncias com as políticas desenvolvidas pelos governos, na época dos remanejamentos, a credibilidade junto às instituições democráticas pode se manter relativamente forte. Por isso, a experiência dos envolvidos com estas instâncias políticas, e não com personalidades no poder, pode evidenciar uma confiança menos carregada de coerção devido aos remanejamentos.

Por outro lado, o potencial de capital social emancipatório busca medir a disposição das pessoas em resolver os problemas da comunidade (BAQUERO, MORAIS e VASCONCELOS, 2013). Um indicador que avalie as atitudes dos membros da comunidade pode determinar comportamentos nessa direção. Se o comportamento colaborativo está presente, é razoável supor que a confiança interpessoal e a confiança institucional possam favorecer um comportamento participativo. À vista disso, a premissa desse modelo é que ambos os tipos de capital social podem influenciar nas atitudes de confiança e nos comportamentos dos cidadãos analisados, numa direção cívica e efetiva em prol da comunidade.

As variáveis utilizadas no modelo a ser testado, capital social encapsulado e emancipatório, confiança institucional, confiança interpessoal e participação política foram construídas por meio da elaboração de índices. Tais índices foram construídos pelo uso da técnica “análise fatorial”. Essa técnica permite avaliar as proximidades entre variáveis que medeiam cada um dos indicadores presentes no *survey*. Tais variáveis foram aglutinadas em fatores (ver fatores no Anexo 1) que maximizam as correlações entre elas. Por meio da técnica de rotação *varimax* (que maximiza a correlação das variáveis dentro dos fatores), determinou-se quais as variáveis que se aglutinavam em torno dos conceitos teóricos propostos, utilizando o peso de .40 como critério de exclusão dos fatores produzidos (STEVENS, 1992).

Num segundo momento, utilizou-se a análise de agrupamento, pelo qual foram selecionados os indicadores das variáveis para a construção do índice. Em todos os índices, foram criadas escalas entre 0 e 1, sendo que valores próximos de 0 indicam menor

confiança e participação, e valores próximos de 1 significam mais confiança e participação.

3. Capital social, confiança, participação política e os atingidos por UHEs

As análises propostas neste trabalho utilizam os pressupostos teóricos do capital social, confiança e participação política desenvolvidas por pesquisas ao longo dos últimos anos. Pretende-se contextualizar as análises com relação aos atingidos por UHEs, a fim de problematizar a relevância desses argumentos junto ao cenário social experimentado por essas pessoas.

Capital social

Capital social apresenta uma variedade de conceituações teóricas que têm sido interpretadas por diversas áreas do conhecimento, tais como, Administração, Economia, Sociologia, Ciência Política e Educação. Trata-se de um conceito polissêmico que possui uma relação comum com suas múltiplas interpretações, na qual se verifica a formação de redes sociais respaldadas pela confiança recíproca dos membros de um grupo de pessoas.

Estudo relevante sobre esse conceito foi desenvolvido por Jane Jacobs (2000), na década de 1960, que utilizou o termo ao pesquisar grandes centros urbanos. A autora avaliava que a falta de segurança em bairros periféricos propiciaria que algumas pessoas constituíssem capital social, adquirindo conhecimentos e desenvolvendo relações benéficas para a comunidade. Em 1977, Glenn Loury analisou o conceito com relação à criação de redes de contatos por pessoas negras, de baixa renda, a fim de disseminarem oportunidades de emprego e oportunidades educacionais para os jovens da comunidade. O autor (1977) se destaca na construção do termo, pois incorpora um novo sentido à teoria ortodoxa da economia. Segundo ele, as conexões sociais estabelecidas por uma rede de contatos sociais possibilitam superar a falta de oportunidades dessas pessoas, rompendo com a lógica individualista e economicista da competitividade (LESSER, 2000).

Foi a partir dos anos 1980, entretanto, com a definição do termo capital social pelos sociólogos Bourdieu e Coleman, que o conceito passou a ser citado de forma exponencial em trabalhos científicos nas ciências sociais (MONASTERIO, 2002). No entanto, no campo da ciência política, sua propagação é atribuída, principalmente, às pesquisas realizadas por Putnam (2000), que apontam a relevância do capital social para o fortalecimento democrático. Devido à vasta trajetória na definição do conceito, e mesmo em meio a tanta diversidade epistemológica, Lesser (2000) verifica que todas as definições partem de um mesmo sentido, ou seja, um padrão recorrente entre eles: as

habilidades que um ator, ou grupo, possui em conseguir benefícios em virtude de ser membro de uma rede social ou de qualquer outra estrutura social.

Nesse sentido, os estudos sobre capital social podem ser classificados conforme sua perspectiva relacional e perspectiva sistêmica (ESSER, 2008; PORTES, 2000). A primeira perspectiva diz respeito a um capital social cuja estratégia é individual, o capital social, portanto, é um instrumento cujo uso é para o bem somente do ator social. Bourdieu (1980) é o principal autor dessa perspectiva e entende o conceito pela ação existente entre as relações sociais. Assim sendo, os indivíduos dispõem de uma rede de solidariedade, que tem como fim o lucro individual que tal rede lhes proporciona, contribuindo, conseqüentemente, para a formação de capital cultural e econômico. Nessa perspectiva, as redes não são necessariamente cívicas, ou comunitárias, mas independentes de qualquer compromisso coletivo que iniba benefícios individuais para cada um dos atores envolvidos.

A segunda perspectiva – sistêmica –, por sua vez, destaca em sua análise o grupo, que também é responsável pelo estabelecimento de normas e valores em benefício do próprio grupo. Nesse caso, o capital social, segundo Coleman (1988), parte de um contexto com finalidades coletivas que se caracteriza pela capacidade dos indivíduos trabalharem em conjunto em grupos e organizações para consecução de objetivos comuns, ou seja, é uma “[...] *variety of entities, and they facilitate certain actions of actors – whether persons or corporate actors – within the structure*”¹⁶ (COLEMAN, 1988, p. 98). Dessa forma, através das estruturas estabelecidas nessa rede, as informações podem ser repassadas entre os membros gerando uma interconexão de informações de interesse da própria comunidade.

Ainda com relação à perspectiva sistêmica, uma das conceituações de capital social que mais se destaca é operacionalizada por Fukuyama (1996). O ator defende que o conceito, vinculado às reformas econômicas, proporciona a criação de meios para o bem-estar da população. Portanto, para se obter o desenvolvimento econômico, além de um Estado competente, forte e eletivo, devem atuar também um conjunto de instituições que permitam a mudança de políticas, e que os atores políticos possuam as predisposições adequadas ao estabelecimento de capital social. O Banco Mundial (GROOTAERT, NARAYAN, JONES, WOOLCOCK, 2003), com base nessas interpretações, tem apoiado pesquisas que verifiquem a relevância do capital social para a economia dos países, uma

¹⁶ Variedade de entidades, e essas facilitam certas ações dos atores - sejam pessoas ou atores corporativos – dentro da estrutura (tradução livre).

vez que atribui-se ao capital social a possibilidade dos cidadãos mais pobres transcenderem as segmentações sociais de classe, contribuindo para a construção do bem-estar comunitário.

Putnam (1996), um dos principais autores da perspectiva sistêmica, apresenta o capital social com relação ao fortalecimento de sistemas políticos democráticos. O autor é tributário da perspectiva filosófica comunitarista – cujas premissas foram desenvolvidas por Tocqueville, na sua análise da sociedade norte-americana no século XVIII, na qual identificou como característica central a associatividade. Dessa forma, segundo Putnam (2000), Tocqueville forneceu as bases históricas para compreender o capital social e a ação coletiva dos indivíduos. O autor francês identificou que, naquele país, os cidadãos possuíam um potencial organizacional elevado, em que independente das motivações, comerciais, industriais, religiosas, entre outras, sempre se realizavam reuniões de associações que debatiam os aspectos benéficos para a comunidade. Para Tocqueville (2001), esse comportamento se devia à existência de uma comunidade cívica, composta por cidadãos atuantes nos assuntos comunitários se essa comunidade desenvolvia relações políticas igualitárias e uma estrutura social baseada na colaboração.

Da mesma forma, as pesquisas de capital social de Putnam estão vinculadas aos estudos de natureza Culturalista. No século XX, Almond e Verba, no livro *The Civic Culture* (1965), buscam analisar as atitudes e os comportamentos dos cidadãos com relação à política; um estudo comparado para identificar atitudes e comportamentos dos cidadãos em cinco países. Com base nos resultados dessa pesquisa, os autores apresentam categorias de diferentes culturas políticas (paroquial, subjetiva, participativa, cívica), sendo que a mais importante para o desenvolvimento da democracia é a cultura cívica, que se aplicaria somente aos Estados Unidos e à Inglaterra. A característica central de uma cultura cívica provém de uma congruência entre as atitudes e os comportamentos dos cidadãos, caracterizado por orientações culturais participativas. Acrescente-se que a existência desta cultura cívica evidencia atitudes que permitiriam a consolidação de estruturas de mediação política, organizando as reivindicações políticas da população.

Os argumentos postulados nesta pesquisa consolidaram a tradição Culturalista de pesquisas em ciência política. Compreende-se, assim, como postulação central dessa perspectiva, que a cultura de uma comunidade é responsável pelas relações políticas ali desenvolvidas. A cultura de uma sociedade integra o indivíduo de duas formas: no plano interno, por meio de suas normas e valores, e em sua perspectiva externa, mediante as atitudes e crenças dos cidadãos (BAQUERO e PRÁ, 2007). Assim, a dificuldade de

grandes transformações das sociedades deve-se à difícil transposição de valores internos para o comportamento dos cidadãos. Contudo, outra perspectiva de análise, de caráter institucional parte de pressupostos contrários. Nessa linha de análise são as instituições que mudam as orientações dos cidadãos sugerindo, por exemplo, que atitudes democráticas produzem cidadãos democráticos (DOWNS, 1999). Os institucionalistas (DAHL, 1989; DOWNS, 1999; SCHUMPETTER, 1984) defendem que são as instituições políticas que moldam a política das sociedades, e não levam em conta, portanto, os valores e crenças da população neste fim.

O consenso com relação a esses argumentos dentro da ciência política está longe de uma convergência. No entanto, Putnam (1996), apresenta elementos, como a perspectiva do capital social e a avaliação institucional, que visam a enriquecer esse debate. O autor (1996) realiza uma pesquisa, comparando a região sul e a região norte da Itália, para compreender o funcionamento das instituições políticas na região (1996). Pretende, assim, “examinar as origens do governo eficaz” (1996, p. 30), tendo como hipótese que as instituições não são capazes de modelar o comportamento dos cidadãos, e as reformas institucionais nem sempre alteram a forma de fazer política. Nesse sentido, a análise longitudinal enfocando as reformas políticas italianas dos anos 1970, a fim de descentralizar o poder no país, contribuiu com explicações importantes a respeito das “poderosas restrições que a história e o contexto social impõem ao êxito institucional” (1996, p. 31).

Os estudos de Putnam foram os primeiros a apresentar o capital social relacionado às instituições políticas e, desde então, o capital social tem sido citado em grande escala dentro da área da ciência política (MONASTERIO, 2006). Putnam analisa a relevância do capital social com relação à ação coletiva no desempenho das instituições políticas, e identifica que o melhor desempenho estava na região norte da Itália onde os estoques de capital social eram maiores. O autor conclui, portanto, que o conceito “é fundamental para fazer a democracia funcionar” (PUTNAM, 1996, p. 194), tornando, assim, relevante as análises de capital social relacionadas à ciência política. No caso deste trabalho, tal conceito a ser verificado na comunidade atingida por UHEs no sul do Brasil pode estar relacionado à participação política.

Os resultados da pesquisa de Putnam mostram que, na Itália, a região do norte tinha maior capacidade de organização na busca de causas comuns do que os moradores do sul. Os moradores do norte, por possuírem uma trajetória histórica de cooperação, apresentaram tradições cívicas estáveis e com a perspectiva de um governo eficaz e

responsável com um melhor funcionamento das instituições. O capital social foi apontado por Putnam como fundamental para melhorar o desempenho institucional, na medida em que contribui para o desenvolvimento de uma comunidade cívica que passa a fiscalizar as instituições, tornando-as mais expressivas e responsivas.

Para Putnam, portanto,

[...] o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas. (1996, p. 177).

A presença de capital social, para Putnam (1996), em uma comunidade tem por objetivo agir como minimizador dos dilemas da ação coletiva; ou seja, o capital social proporcionaria a existência de recursos sociais que são capazes de superar a falta de cooperação em uma comunidade específica. Isso porque, de acordo com o autor, a presença de estoques elevados de capital social inibe a deserção de um ator e o oportunismo nas relações de cooperação. Ele defende, portanto, que os laços de confiança entre a população sustentam as associações voluntárias, como associações de crédito, situação que envolve a reciprocidade generalizada e a construção de uma confiança mútua. Dessa forma, a presença de capital social proporciona relações sociais mais horizontais, inibindo, assim, as tradicionais relações clientelísticas e oportunistas que tradicionalmente envolvem as relações de poder.

Contextualizando esses princípios teóricos as relações pré-existentes nas comunidades dos remanejados por UHEs e o fato de terem objetivos comuns poderiam auxiliar no desenvolvimento de estoques de capital social capazes de mobilizar a população para a ação coletiva. Logo, a cooperação entre essa população pode gerar medidas alternativas ou movimentos contrários aos interesses dos empreendedores. Nesse sentido, os dados aqui examinados possibilitam avaliar se a participação política dos remanejados se deve a um estoque de capital social pré-existente.

Desse modo, as relações sociais pré-existentes nos cidadãos remanejados pelas UHEs podem ter contribuído para a o desenvolvimento de resistência frente aos empreendimentos. As relações comunitárias, portanto, baseadas na confiança e na credibilidade dos vizinhos, ampliam as chances de desenvolvimento da cooperação entre os atingidos. Com relação ao contexto social existente pela construção das UHEs, espera-se encontrar elevados estoques de capital social que possibilitariam a participação dos atingidos em movimentos políticos em prol da comunidade atingida.

Nesse caso, os laços sociais pré-existentes dos atingidos por UHEs podem catalisar atitudes de reciprocidade e mobilizações de cooperação com outras populações também atingidas por UHEs. Segundo Putnam, o conceito de capital social, portanto, facilita a cooperação instantânea dos indivíduos e permite o cumprimento de regras de reciprocidade generalizada entre os cidadãos. Assim, as relações sociais existentes entre os moradores atingidos por UHEs, se compostas por estoques de capital social, poderão explicar a formação de movimentos sociais decorrentes da divulgação do inventário da construção dos empreendimentos.

Capital social encapsulado e potencial de capital social emancipatório

Com o objetivo de verificar a presença, ou não, de capital social entre os atingidos por UHEs, duas modalidades diferentes foram examinadas – capital social de tipo encapsulado e potencial de capital social emancipatório. Na medida em que o capital social é composto pela qualidade das interações sociais e dos valores envolvidos nestas relações, tal distinção permite analisar se a presença de um ou outro tipo de capital social se constitui num indicador mais adequado da participação dos atingidos na arena política. Cada um dos tipos incorpora perspectivas teórico-metodológicas diferentes a respeito do capital social.

O primeiro tipo de capital social a ser analisado no contexto dos atingidos por UHEs provém dos estudos de Putnam (2000). O capital social de tipo encapsulado (*bonding*) tem relação direta com os laços comunitários intra-grupo, ou seja entre família, amigos e vizinhos. Possibilita, portanto, verificar a qualidade das relações entre pessoas com vínculos fortes e fracos: relações com a família; e relações com vizinhos e membros da mesma comunidade, respectivamente. Já o segundo tipo refere-se a um capital social que mede o potencial de emancipação, ou seja, a potencialidade dos cidadãos ao se conscientizarem dos problemas enfrentados em suas comunidades virem a se engajar na busca de soluções coletivas (BAQUERO, 2013).

Com relação ao primeiro tipo, Putnam, em seu livro *Bowling Alone* (PUTNAM, 2000), caracteriza o conceito de capital social no contexto norte-americano. O autor destaca, além do capital social de tipo encapsulado (*bonding*), a existência de dois outros tipos de capital social, um de tipo *bridging* (ponte) e outro de tipo *linking* (vertical). O primeiro proporciona relações que associam diferentes relações intra-grupos, com comportamentos que desprendem-se a relações para fora da comunidade; já o segundo

tipo se refere a conexões verticais entre diferentes níveis de relações de poder. O autor distingue que o capital social de tipo encapsulado e o de tipo ponte dizem respeito às relações sociais horizontais, enquanto que o tipo vertical, por retratar ligações verticais entre cidadãos pobres com outros em postos de decisão de organizações formais podem vir a reproduzir relações de cunho clientelísticos (WOOLCOCK e NARAYAN, 2000).

Para Putnam (2000), o capital social se desdobra em três dimensões *bonding* (encapsulado), *bridging* (ponte) e *linking* (conexão). Para avaliar se o capital social influencia na participação política optou-se por utilizar o capital social tipo *bonding* (encapsulado), pois esse corresponde às relações sociais primárias as quais produzem lealdades e solidariedades locais. Putnam (1996) argumenta que os laços de parentesco, presentes nas relações intra-grupo, são comparáveis aos vínculos horizontais do engajamento cívico. Isso porque a filiação a grupos horizontalmente organizados ajuda seus participantes a solucionarem os dilemas da ação coletiva. Em relação ao contexto das comunidades atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos, torna-se relevante verificar se as relações sociais intra-grupo possibilitaram mobilizações sociais dos atingidos por UHEs.

Putnam (2000) ao considerar a presença de **capital social encapsulado** em uma comunidade, avalia a interação da unidade básica das relações sociais, a família, e, também, as interações com a vizinhança. Considera que o capital social contribui para que os cidadãos obtenham segurança com relação aos vizinhos e, se preciso for, em situações de emergência, podem contar com a solidariedade desses. Com relação ao capital social encapsulado, o autor afirma:

Bonding social capital is good for undergirding specific reciprocity and mobilizing solidarity. Dense networks in ethnic enclaves, for example, provide crucial and psychological support for less fortunate members of the community [...] constitutes a kind of sociological superglue [...] by creating strong in-group loyalty, may also create strong out-group antagonism [...]. (PUTNAM, 2000, p. 22-23)¹⁷.

Portanto, as interações sociais com a família e a vizinhança tenderiam a gerar coesão social que possibilitaria a interação horizontal da comunidade. Putnam (1996) afirma que os laços de parentesco, considerados vínculos fortes presentes nas famílias e minorias étnicas, mostraram-se muito eficientes nos primórdios da Revolução Comercial.

¹⁷ Capital social encapsulado é bom para o embasamento da reciprocidade específica e mobilização da solidariedade. Densas redes em enclaves étnicos, por exemplo, proveem apoio crucial e psicológico para os membros menos afortunados da comunidade [...] constituindo uma espécie de superliga social [...] Criando-se uma forte lealdade intra-grupo, pode-se também criar um forte antagonismo fora do grupo (tradução livre).

Ele chega a admitir que tais laços possam ser essenciais às comunidades pobres, uma vez que essas precisam de seus vizinhos para superar os obstáculos relativos ao capital econômico. Isso porque a cooperação e a reciprocidade existente nessas relações primárias possibilitam a confiança e a cooperação intra-grupo.

Para verificar o capital social de tipo encapsulado entre os atingidos por UHEs, operacionalizou-se o conceito considerando variáveis que mensurassem a participação dos moradores em atividades cotidianas, tais como em festas religiosas, atividades de lazer, bailes e campeonatos esportivos. Esses indicadores podem ajudar a medir a relação social com a comunidade dos atingidos por UHEs à época anterior dos remanejamentos. As atividades coletivas protagonizadas por essa população, assim, descrevem qual o nível de interação que os indivíduos possuíam entre si e qual o tamanho do estoque de capital social encapsulado.

O segundo tipo de capital social utilizado neste trabalho se refere ao potencial de **capital social de tipo emancipatório**. Esse tipo de capital social tem relação com a possibilidade de envolvimento cívico dos indivíduos com os problemas da comunidade, considerando a predisposição desses em reivindicar alguma causa comum. A presença de uma predisposição ao envolvimento cívico, com relação aos atingidos por UHEs pode ter sido fundamental no contexto de mobilizações sociais que ocorreram em cada uma das UHEs. Esse indicador aponta se os membros da comunidade, devidamente inseridos e apropriados das questões e dos problemas referentes aos empreendimentos, estariam predispostos a se engajarem em prol de uma ação coletiva.

Comunidades que exibem capital social de natureza emancipatória têm maiores probabilidades de empoderar os cidadãos proporcionando o acesso e decodificação de informações que os habilita a desenvolver mecanismos de ingerência na solução de problemas comunitários. O capital social vinculado ao empoderamento social, portanto, oportunizaria a capacidade de mobilização social entre membros de uma comunidade.

Baquero (2013) dá as diretrizes para a importância do capital social de uma comunidade vinculado ao conceito de *empowerment* proveniente da obra de Paulo Freire (1986).

[...] mesmo quando você se sente, individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do empowerment ou da liberdade (FREIRE, 1986, p. 135 *apud* BAQUERO, 2007).

Essa afirmação postulada por Freire argumenta que a educação não é um processo individual, mas se desenvolve com a interação social com outros indivíduos em busca do mesmo processo. Nesse caso, Baquero (2013) discute que essa lógica está presente nas relações existentes durante a ação coletiva.

Nessa perspectiva, o empoderamento, como processo e resultado, pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e na busca da transformação de relações sociais de poder (BAQUERO, 2013, p. 132).

O autor entende que é necessário ao indivíduo agenciar-se de sua condição, ou seja, empoderar-se de sua condição de agente, o que será essencial para orientar o seu comportamento com o fim de garantir as necessidades coletivas, o que possibilitará o desenvolvimento de um indivíduo em um cidadão democrático (BAQUERO, 2006). Acrescente-se a isso que a comunidade é capaz de atuar como sujeito das decisões determinadas a ela. Assim, o capital social emancipatório age como catalisador do desenvolvimento das virtudes cívicas de uma comunidade.

Entretanto, “um processo de empoderamento eficaz necessita envolver tanto dimensões individuais quanto coletivas” (BAQUERO, 2013, p. 135). A tomada de consciência individual precisa agir e transcender os fatores que cercam a comunidade de ordem econômico, político e cultural, vinculando valores democráticos. Nesse caso, o potencial de capital social emancipatório descreve uma atitude frente à aceitação de empoderamento da comunidade, ou melhor, a pretensão de empoderar-se das questões coletivas.

Os autores Baquero, Morais e Vasconcelos (2013) operacionalizam o conceito de potencial de capital social emancipatório de forma macrossistêmica, ou seja, considerando o sistema de valores e crenças de uma comunidade; a mesma avaliada neste trabalho. Por conseguinte, utilizou-se como indicador desse processo de empoderamento coletivo do potencial de capital social emancipatório, variáveis que medissem a motivação dos moradores a resolver problemas comuns à comunidade ou região. Isso porque essas orientações coletivas demonstram um potencial de atuar junto a sua comunidade em prol de objetivos comunitários comuns, isto é, uma orientação para defender seus interesses frente aos interesses dos empreendedores das UHEs.

O potencial de capital social emancipatório, portanto, refere-se à possibilidade dos membros das comunidades atingidas por UHEs a empoderar-se de situações em que sejam necessárias as mobilizações coletivas. Desse modo, o conceito torna-se relevante ao contexto político-social vivido pelos atingidos, e pode explicar o grau ou o nível de participação política dos mesmos.

Confiança interpessoal e confiança institucional

Tendo em vista que um dos objetivos diz respeito à avaliar a relevância de atitudes de confiança da população atingida por UHEs, correlacionado aos dois tipos de capital social e à participação política, discute-se agora o papel da confiança como variável interveniente. Na ciência política, as suas diferentes modalidades (confiança interpessoal, confiança democrática e confiança institucional) possuem longa tradição entre os estudos de natureza Culturalista. Foca-se, nessa seção, no debate sobre o conceito de confiança em relação às pesquisas sobre instituições e capital social, tendo em vista as análises propostas ao contexto dos atingidos por UHEs.

Pippa Norris (2002) considera a presença da confiança com relação ao capital social em uma comunidade, questionando se, de fato, é o capital social que tende a favorecer a democracia, ou se são alguns dos seus indicadores, como a confiança, que isoladamente operam neste sentido. A autora sugere que a confiança interpessoal, quando isolada, apresenta maior correlação com indicadores socioeconômicos e de desempenho institucional, do que outros indicadores utilizados nos índices de Putnam para capital social, tais como confiança institucional. Essa questão, para ela, apresenta-se como um desafio nos estudos sobre capital social e precisam ser mais bem explorados, sugerindo, assim, que pesquisas sejam desenvolvidas sobre

[...] changes affecting some of the traditional agencies of civic mobilization, including churches and trade unions, and the role of social movements and transnational policy networks in promoting newer forms of organizational networking, political expression, and direct action strategies (NORRIS, 2002, p. 15).¹⁸

Na dimensão da cultura política Almond e Verba (1965) referiram-se à importância da confiança dos cidadãos democráticos com relação aos governos, pois essa

¹⁸ [Essas] mudanças afetam algumas das agências tradicionais de mobilização cívica, incluindo igrejas e sindicatos, e o papel dos movimentos sociais e redes de políticas transnacionais em promover novas formas de redes organizacionais, expressão política e ações diretas estratégicas (tradução livre).

atitude contribuiria para a legitimidade e autonomia desses para governar. Portanto, um Estado que não conta com a confiança dos cidadãos não seria legítimo e eficiente. As vertentes provenientes dessa perspectiva para interpretar as atitudes de confiança foram separadas aqui em dois grupos de pesquisas: com relação aos aspectos institucionais – confiança democrática e confiança institucional (MOISÉS, 2005; NORRIS, 2002, POWER e JAMISON, 2005); e a respeito das relações sociais – confiança interpessoal (PUTNAM, 1996; COLEMAN, 1986; FUKUYAMA, 1996).

Com relação ao primeiro grupo de pesquisas, a análise do conceito de confiança está relacionada diretamente ao desempenho das democracias. Para Easton (1968) é preciso o apoio e o reconhecimento da população para que a democracia se consolide. Assim, se torna fundamental que os cidadãos compreendam e entendam a importância de estarem em um regime democrático e apoiá-lo como sistema político para que esse se aperfeiçoe.

Já Moisés (2010) analisa a relação de confiança institucional com o comportamento, opiniões e atitudes dos brasileiros em relação à democracia. Segundo o autor, a confiança dos cidadãos nas instituições depende da própria instituição, uma vez que existe uma relação da percepção desses cidadãos frente ao sentido ético e normativo que elas representam e à avaliação da experiência desses com o desempenho concreto delas. A confiança, para ele, reflete na expectativa do cidadão em esperar resultados do sistema político.

Moisés (2005) argumenta que os cidadãos não só podem repassar o significado de uma instituição para diversas gerações como reiterar sua condição a partir da avaliação racional do desempenho delas ao longo de sua vida adulta. O apoio dos cidadãos, portanto, provém da experiência que esses tiveram com o funcionamento das instituições e essas, como mecanismos de mediação política, devem ser utilizadas para agrupar os interesses da sociedade perante o Estado. Haverá um capital de governança dos cidadãos com relação ao Estado, o qual facilita a aceitação das decisões das elites no poder (MOISÉS, 2013). Isso porque o cidadão não possui incertezas quanto ao que ocorre nas decisões políticas.

No entanto, com relação a esse tema, pesquisas (NORRIS, 1999; MOISÉS, 2005, MENEGUELO, 2005; INGLEHART e WELZEL, 2005) têm constatado um aumento da desconfiança dos cidadãos na democracia e nas suas instituições desde a década de 1990, inicialmente apontados como indicadores de problemas de legitimidade. Além de alarmismos com relação a esse fenômeno, Timothy Power e Jamison (2005) argumenta

que por haverem poucos estudos que sejam capazes de avaliar a confiança política na região da América Latina, ainda não se pode garantir se os baixos índices de confiança proporcionariam um colapso no regime. Pelo contrário, o autor argumenta que as fontes de desconfiança política têm muito mais sentido quando observadas da perspectiva da cultura política dos países. A desconfiança, desse modo, pode ser mais forte com relação aos políticos e não às instituições políticas, já que os cidadãos, numa dimensão de apoio difuso apresentam valores que demonstram uma “profunda fé na democracia como sistema” (POWER e JAMISON, 2005, p. 89).

Ainda, Baquero (2011) verifica que a acentuada falta de confiança das pessoas na política retrata uma baixa identificação dos mesmos com os mecanismos tradicionais de mobilização política (os partidos políticos), favorecendo a apatia política. Segundo o autor, isso ocorre, principalmente, devido a alguns dos elementos constitutivos da identidade nacional (encontrada em toda América Latina), tais como o paternalismo, formalismo, personalismo, lealdade, patrimonialismo e autoritarismo.

Numa direção de natureza econômica Inglehart e Welzel (2005) avaliam o conceito da confiança com base no desenvolvimento econômico de um país, pesquisando a cultura política e o desenvolvimento econômico de diferentes sociedades. Os autores identificam que a confiança interpessoal está significativamente correlacionada ao nível de PIB *per capita*. Decorre desse resultado que, sem desenvolvimento econômico, a confiança da população tenderia a estar prejudicada, já que existe somente uma pequena perspectiva de melhoria da sua qualidade de vida. Nesse caso, Inglehart e Welzel (2005), avaliam que a confiança tem diminuído, nos países analisados, ao longo dos anos. O que os leva a considerar que:

Níveis decrescentes de confiança nas instituições não refletem necessariamente uma erosão dos valores. E, claramente, essas orientações não são indicadores válidos de uma cultura cívica pró-democrática. (INGLEHART e WELZEL, 2005, p. 301).

Entretanto, Power e Jamison (2005) avalia que a baixa confiança interpessoal verificada nos cidadãos nos países da América Latina pode ter sido um padrão nos últimos anos, embora a ausência de dados mais antigos não permita confirmar isso. O autor argumenta, portanto, que somente a combinação de baixos indicadores de confiança combinados a outros objetos sociais igualmente relevantes poderiam demonstrar sintomas preocupantes de colapso ao sistema político. Logo, para avaliações a respeito da

relevância da confiança são necessárias pesquisas que problematizem o contexto político, social e cultural da região.

A presença de **confiança institucional** entre os atingidos significa, então, que as instituições políticas existentes no sistema democrático são consideradas eficientes. Essa atitude é relevante para essas análises uma vez que no contexto de construção das UHEs estão envolvidos conflitos diretos com os empreendedores, os governos políticos, municipal, governamental e federal podem ser acionados pela pressão popular para atender às reivindicações. A confiança, demonstraria a credibilidade institucional dessas instâncias.

Fukuyama (1996) afirma que os valores de confiança interpessoal, os quais se arraigaram e consolidaram a partir dos valores coletivos, podem ser transpostos do nível interpessoal para o institucional. Ainda, ele argumenta que com níveis de confiança interpessoal elevados, será mais provável que os cidadãos desenvolvam valores sociais e, com níveis de confiança institucional elevados, obedecem as regras estabelecidas na comunidade. O autor considera que a confiança provém da expectativa que surge em uma comunidade onde os membros possuem um comportamento estável e honesto e compartilham regras da comunidade. A confiança social emerge, portanto, da prática de comportamentos valorativos (positivos ou negativos) de uma comunidade; o que significa que quanto mais solidários forem os membros de uma comunidade, maiores os índices de confiança social, isto é, a confiança interpessoal.

Com relação à **confiança interpessoal**, o capital social conta com a reciprocidade entre membros que proporcionam são capazes de estimular a cooperação e a ação coletiva. Pesquisas realizadas por Putnam, tanto na Itália (1996), quanto nos Estados Unidos (2000), embora tenham suas peculiaridades respectivas a cada um dos países, apresentam resultados que possibilitam a compreensão da importância do conceito para pesquisas nas ciências sociais.

Dessa forma, a confiança promove a cooperação, pois implica na previsibilidade do comportamento como fim coletivo dos outros atores. O contrário também ocorre, pelo qual a ausência de regras claras entre os membros de uma comunidade gera desconfiança, e impede que as relações sociais possuam os recursos necessários na promoção da cooperação coletiva. Assim, o autor (1996) destaca que são necessários sistemas de participação para que as chances dos cidadãos cooperarem em benefício mútuo sejam elevadas. Isso porque esses sistemas promovem regras sólidas a respeito da reciprocidade

entre os seus membros, corporificando a partir do êxito de colaborações anteriores proporciona sua execução em futuras colaborações.

Torna-se central, portanto, avaliar se os atingidos por UHEs possuíam relações sociais baseadas na confiança, que segundo Putnam (1996), depende dos níveis de reciprocidade generalizada. Isso significa dizer que, independentemente da situação vivida, no caso dos remanejados, eles podem desenvolver um sistema de confiança que proporcione a participação cívica organizada. Isso porque um dos principais componentes do capital social, para Putnam (1996), é a confiança que os membros têm uns com os outros. Em outras palavras, o grau de previsibilidade que um ator possui sobre o comportamento do outro proporciona credibilidade ao sistema. Uma comunidade que tem como regra a reciprocidade generalizada entre seus membros, em uma contínua relação de troca, proporciona a crença de que a expectativa depositada será correspondida. A confiança, assim, envolve regras de reciprocidade que são incutidas e sustentadas por meio de condicionamentos e socialização das normas já consolidadas na comunidade, em que a constante interação social promove o intercâmbio e comunicação interpessoais que a fortalecem.

Para Putnam, uma sociedade que tem suas bases na reciprocidade entre os cidadãos é mais eficiente do que uma com altos níveis de desconfiança (PUTNAM, 2000). Desse modo, a confiança engloba princípios de reciprocidade generalizada de uma comunidade, das quais existe uma contínua relação de trocas associada a um amplo sistema de intercâmbio social, como por exemplo, a reciprocidade existente na amizade (PUTNAM, 1996). O autor argumenta que os custos das transações sociais são minimizados quando existe reciprocidade,

A society that relies on generalized reciprocity is more efficient than barter. Honesty and trust lubricate the inevitable frictions of social life. 'Honesty is the best policy' turns out to be a wise maxim rather than a mawkish platitude, but only if others follow the same principle. (PUTNAM, 2000, p. 135).¹⁹

Entretanto, Putnam (2000) sugere que a confiança que os americanos depositam nos seus vizinhos vem diminuindo, da mesma forma que a confiança dos mesmos nas instituições políticas. Ao comparar pesquisas realizadas em 1960 Putnam (2000) constatou que a proporção de americanos que socializa com seu vizinho, uma vez ao ano,

¹⁹ Uma sociedade que se baseia na reciprocidade generalizada é mais eficiente do que a de permutas. Honestidade e confiança lubrificam os atritos inevitáveis à vida social. "A honestidade é a melhor política" acaba por ser uma máxima sábia ao invés de um lugar-comum, mas apenas se outros seguirem o mesmo princípio.

caiu em um terço. A falta de confiança, é preocupante pois descreve uma sociedade sem reciprocidade, assim, a falta de expectativa por um retorno do seu vizinho a um dado favorecimento impede ações comunitárias.

Com relação às comunidades atingidas por UHEs no sul do Brasil, busca-se verificar se atitudes que contemplem a previsibilidade do comportamento de seu vizinho, favorece aos atingidos para procurar um maior engajamento político junto as suas comunidades. Isso porque essa interação social facilita que os dilemas da ação coletiva sejam minimizados, auxiliando assim, que todos se envolvam coibindo o oportunismo de outros. Dessa forma, essas pessoas têm mais chances de contribuir e participarem politicamente de organizações. Contudo, Putnam (2000) argumenta que determinar a causalidade da participação, envolve ainda, avaliar outros indicadores de capital social, envolvimento cívico, reciprocidade, honestidade e confiança interpessoal.

Neste trabalho, se examina se há um efeito positivo do capital social relacionado às atitudes de confiança dessa comunidade e, se essas podem ser identificadas como responsáveis pelo engajamento político dos atingidos. Pretende-se relacionar, também, o efeito da confiança interpessoal sobre a confiança institucional, entre os atingidos por UHEs analisados aqui. Avalia-se a confiança existente entre a comunidade de atingidos por UHEs de duas formas, confiança interpessoal e confiança institucional. Putnam (2000) verifica empiricamente que a confiança interpessoal pode estar ou não vinculada à confiança institucional, “trust in government may be a cause or a consequence of social trust, but is not the same thing as a social trust” (PUTNAM, 2000, p. 137)²⁰.

Uma vez que se busca avaliar o quanto a confiança pode explicar o engajamento cívico dos cidadãos atingidos por UHEs, busca-se aqui dar continuidade a pesquisas que avaliam a correlação destas atitudes. Adotou-se, aqui, avaliar dois tipos de confiança, confiança entre os membros da própria comunidade e confiança nas instituições democráticas, permitindo avaliar, também, os efeitos de uma sobre a outra. Neste caso, utilizam-se variáveis que medem a confiança interpessoal, sobre a relação dos atingidos com seus vizinhos, antes dos remanejamentos, mensuradas a partir das seguintes questões: “*se fosse preciso viajar por um ou dois dias, o indivíduo poderia contar com a ajuda de seu vizinho para cuidar da sua casa*” e da descrição de como era a relação com o vizinho, se boa ou má. Já com relação à confiança dos atingidos com instituições políticas tradicionais, foram utilizadas variáveis com relação a confiança nos governos

²⁰ “confiança no governo pode ser uma causa ou uma consequência da confiança social, mas não é a mesma coisa que confiança social” (tradução livre).

federal, estadual e municipal, uma vez que se compreende aqui, que a confiança institucional resulta de experiências individuais com relação a estas instituições.

Participação Política

A participação política é fundamental ao desenvolvimento das democracias, que para serem consideradas como tal devem proporcionar mecanismos formais de ingerência política aos cidadãos. Do ponto de vista formal, Robert Dahl (1989) defende que devem ser adotados procedimentos formais que permitam alcançar a igualdade política. Os partidos políticos seriam os mecanismo mais eficientes para representar os diferentes interesses políticos das minorias. Entretanto, na medida em que alguns regimes latino-americanos têm sido considerados como democracias de caráter institucional representativo, negligenciando os aspectos sociais, estudos têm começado a examinar e avaliar a qualidade dessas democracias (O'DONNELL, 2013; BAQUERO, 2013; DIAMOND e MORLINO, 2004). Portanto, a participação política tem uma longa tradição entre as pesquisas em ciência política, nessa seção, busca-se contextualizar o sentido da participação aos atingidos por UHEs.

Ao longo dos anos, a bibliografia sobre participação política tem se dividido na busca de formas para mensurar as predisposições participativas dos cidadãos. Barnes e Kaase (1979) indicaram que a participação política pode se dar de duas formas, convencional e não-convencional. A primeira, de característica procedimental, compreende o comparecimento às urnas e à comunicação do eleitor com seu representante no parlamento, bem como a filiação partidária. A segunda engloba participações através de passeatas, boicotes, ocupação de instalações físicas e abaixo-assinados, não legitimadas pelo regimento democrático.

According to fundamental democratic principles, democratic societies, at the very least, guarantee individual citizens or social groups the chance to influence decisions by political authorities. To the extent that this principle is realized or believed to be realized, any recourse to collective political violence or the threat thereof is unnecessary. On the other hand, lack of system responsiveness might legitimately, though not necessarily legally, permit resort to various direct action techniques including the use of violence as the final point on a continuum of unconventional political behavior.(BARNE e KAASE, 1979, p. 38)²¹.

²¹ De acordo com os princípios fundamentais da democracia, sociedades democráticas, pelo menos, garantem a indivíduos cidadãos ou a grupos sociais a chance de influenciar decisões das autoridades políticas. Na medida em que este princípio é realizado ou credita-se que é realizado, é desnecessário

A relação a uma participação unicamente institucional, segundo Lazarsfeld (1944) é um processo de formação de votos e de escolhas políticas amplamente influenciados pelo contato pessoal. Cidadãos que pouco se envolvem com a política recebem estímulos e influências de “formadores de opinião”, que por terem maior interesse pela política estão mais informados do que a maioria. Esses, segundo o autor, transpassam confiança nas suas escolhas e, portanto são mais influentes dos que os próprios meios de comunicação.

O estudo de Lazarsfeld, realizado na década de 1940, se refere ao auge da participação política nos Estados Unidos, posteriormente entendida como convencional. No decorrer do século XX, pesquisas (NORRIS, 2002; PUTNAM, 2000; INGLEHART E WEZEL, 2005) verificaram o baixo envolvimento de cidadãos na política convencional, uma das hipóteses levantadas é sobre a crescente deslegitimação dos processos formais no contexto das democracias ocidentais. Considerando que a participação política convencional considera aspectos formais de mobilização de interesses e regulamentações legais dos sistemas políticos para promover a participação dos cidadãos, ao longo dos anos, verifica-se que outros meios não legais, passaram a ser legitimados pela população para tornar público os seus interesses políticos. São modalidades de reivindicações políticas não convencionais que contrapõe os sistemas políticos, agindo na marginalidade dos mecanismos formais.

Pippa Norris (2002) argumenta que o fato da participação política estar em declínio no mundo todo, não deve ser motivo para alarme. A diminuição da participação em vias tradicionais, como partidos políticos e associações cívicas, contudo, tem sido equilibrada pelo aumento da escolaridade e do desenvolvimento humano. Dessa forma a autora atenta para mudanças e reconfigurações na forma de participação, por vias não tradicionais, com o ativismo pela internet, aumento de movimentos sociais e, principalmente, pela onda de mobilizações políticas.

Entretanto, pesquisas de Ronald Inglehart e Wezel (2005) apontam que há mudanças nas sociedades pós-materialistas, pois essas apresentam novas formas de mobilização social, que tendem a envolver os cidadãos na forma de ações coletivas, em detrimento de outros meios institucionalizados. Para os autores, essa ação coletiva

qualquer recurso à violência política coletiva ou ameaças. Por outro lado, a falta de responsividade do sistema pode legitimamente, embora não necessariamente de forma legal, permite recorrer a várias técnicas de ação direta incluindo o uso da violência como um ponto final no contínuo do comportamento político não-convencional (tradução livre).

comunitária pode ser vista na criação de movimentos sociais e de novas modalidades de protestos que representam uma nova fase na atuação dos cidadãos nas democracias ocidentais. Essas conclusões levam em consideração o aumento da desconfiança dos cidadãos em mecanismos tradicionais verticais de representação, como igrejas e partidos políticos.

Nesse cenário, o contexto político dos atingidos por UHEs pode ser compreendido conforme o seu descontentamento com os aspectos formais e legais de reivindicações políticas. Isso se verifica nas estratégias de oposição priorizadas pelo CRAB e pelo MAB, como interrupções de estradas na região dos empreendimentos hidroelétricos. Com a finalidade de mensurar o conceito de participação política neste trabalho, utiliza-se como *proxy* a participação no MAB, em manifestações/protestos e em ocupação de terrenos/prédios públicos.

É importante ressaltar que alguns dos elementos constituintes da cultura política local, como o paternalismo, formalismo, personalismo, lealdade e patrimonialismo— aspectos que caracterizam uma cultura política de caráter autoritário— têm sido apontados como desmobilizadores da participação política. Neste cenário, a pouca participação dos cidadãos retrata uma baixa identificação destes com os mecanismos tradicionais, os partidos políticos, o que aumenta a sua apatia política (MOISÉS, 2010; BAQUERO, 2011).

Com relação ao capital social na perspectiva de Putnam (1996), a filiação a grupos horizontalmente organizados facilita o desenvolvimento de relações sociais que favoreçam o desempenho institucional e a cooperação dos cidadãos em benefício mútuo. Para o desenvolvimento do capital social são essenciais ambientes que promovam a participação cívica horizontal, conseqüentemente, desenvolvem também a disseminação de soluções para os dilemas enfrentados na ação coletiva. Nessa perspectiva, a participação em instituições políticas possibilita que os estoques de capital social sejam mais bem desenvolvidos na comunidade.

Por outro lado, a respeito do desenvolvimento de potencial de capital social emancipatório em uma comunidade, Baquero (2013) sugere que a participação dos indivíduos não deve ser meramente simbólica, pela qual os cidadãos fazem de conta que participam e simulam ações nas tomadas de decisões, como por exemplo, apenas comparecendo as reuniões sem uma participação efetiva. É necessário que sejam empoderados com atitudes e comportamentos participativos, sendo capazes de tomar parte das decisões políticas, opinando e decidindo conscientemente.

Uma participação de natureza emancipatória produz habilitação social e empoderamento, uma vez que contempla participação na tomada de decisões e acumulação de capital social. (BAQUERO, 2013, p. 136).

A presença do potencial de capital social no contexto político analisado considera que os atingidos tomem conhecimento da importância das suas ações políticas frente aos interesses dos empreendedores. A participação política dos atingidos por UHEs, portanto, pode ser explicada pelo possível empoderamento de sua condição como agentes frente aos interesses dos empreendedores.

4. Análise dos dados

Tendo em vista as discussões realizadas na seção anterior, a respeito de capital social, de confiança e de participação política, busca-se examinar o desenvolvimento e/ou a presença dessas dimensões entre os atingidos por UHE's no alto do rio Uruguai, no sul do Brasil, na época dos remanejamentos. Para esta análise, optou-se pela construção de um modelo de análise de trajetória, que postula uma relação causal direta medindo os efeitos entre as variáveis de capital social e de confiança na participação política dos remanejados. A partir das variáveis do questionário aplicado entre os atingidos foram construídos índices que representavam os conceitos teóricos problematizados. As análises foram realizadas através do software SPSS (*Statistical Package For The Social Sciences*)

Construção dos índices do modelo

O processo de construção dos índices foi realizado tendo como base o questionário da pesquisa P&D Remanejamento em anexo (Anexo 1). Foram recodificados os valores de cada variável para adequar os índices em valores crescentes. O teste Alpha de Cronbach foi utilizado para avaliar a consistência interna das respostas, através de um processo aleatório que realiza a separação dos dados em dois grupos; mede-se então a correlação para cada uma das duplas de respostas, em todas as combinações possíveis. A média dessas combinações de valores de correlação encontrados é o Alpha de Cronbach, que reflete a confiabilidade das escalas das variáveis nos dados coletados²².

A seguir, utilizou-se a técnica de “análise fatorial”²³ para construir os índices de capital social encapsulado, de potencial de capital social emancipatório, de confiança interpessoal, de confiança institucional e de participação política. Por meio desta técnica, agruparam-se variáveis que refletissem os conceitos teóricos, com base nas relações em comum entre elas. A análise fatorial permite reduzir o número das variáveis em fatores

²²Este teste considera que valores próximos a .8 são aceitáveis para a validade interna das escalas, contudo, em construtos psicológicos valores menores do que este podem ser esperados, devido a diversidade dos construtos (FIELD, 2009), o que ocorreu em alguns dos índices aqui postulados.

²³ A técnica de análise fatorial permite dentro das ciências sociais verificar de que forma uma variável ou um grupo de variáveis se comportam com relação a outras variáveis (FIELD, 2009). A análise fatorial pode ser de dois tipos, a análise fatorial exploratória, quando não se tem conhecimento prévio sobre a conexão das variáveis, e a análise fatorial confirmatória, utilizada neste trabalho, quando existe conhecimento teórico prévio que fundamenta a escolha das variáveis. A técnica operacionaliza as variáveis em fatores, ou variáveis latentes, que são representantes de conceitos sociais, econômicos ou psicológicos (FIELD, 2009).

correlacionados entre si, via técnica de extração dos componentes principais e técnica de rotação *varimax*.

Este processo contou com duas etapas, na primeira realizou-se a ponderação das variáveis, através da técnica de extração dos componentes principais (PESTANA e GAGUEIRO, 2000). Essa técnica é utilizada para verificar de que forma as variáveis compartilham sua variância umas com as outras (FIELD, 2009). Uma vez que o objetivo desta etapa foi o de encontrar as dimensões comuns dentro dos dados coletados, para elaborar os índices propostos, analisou-se as comunalidades²⁴ entre algumas variáveis selecionadas, pois elas apresentaram a variância comum das variáveis (FIELD, 2009). A seleção dos fatores, ou a ponderação das variáveis, foi feita utilizando como critério a retirada da análise de variáveis que possuísem valores abaixo de (.6) (PESTANA e GAGUEIRO, 2000, p. 399).

Na segunda etapa da construção dos índices (no caso do índice de confiança institucional e do índice de participação política²⁵), os fatores retidos na etapa anterior, foram analisados conforme a técnica de rotação *varimax*²⁶. Essa técnica maximiza a dispersão das cargas fatoriais dentro de fatores, sendo essa rotação recomendada quando se pretende que os fatores aglutinados sejam independentes (FIELD, 2009). Possibilita, dessa forma, o aglutinamento de fatores em grupos, segundo a correlação existente entre eles. Neste caso, as cargas dos fatores a serem consideradas em cada grupo (*Component*) devem ser superiores a (0.4)²⁷. Os fatores obtidos pela rotação *varimax*, estão em anexo (Anexo 2, no quadro *Rotated Component Matrix*). A partir dos resultados destas rotações, com as variáveis retidas por esse processo, elaborou-se índices que possibilitaram a mensuração dos conceitos propostos:

²⁴ Comunalidade é uma “medida de proporção da variância explicada pelos fatores extraídos” (FIELD, 2009, p. 562)

²⁵ Para os outros índices não foram possíveis realizar a rotação da técnica *varimax*, ou por que só haviam duas variáveis na rotação ou porque as variáveis rodavam em um único grupo, impossibilitando que os fatores se aglutinassem em grupos diferentes (capital social encapsulado, capital social emancipatório, confiança interpessoal).

²⁶ O processo de rotação das variáveis permite a transformação dos coeficientes da matriz de correlação em cargas fatoriais, e estas mantêm o princípio da ortogonalidade.

²⁷ O critério adotado leva em consideração o tamanho da amostra, Stevens (1992) recomenda que os fatores devem ser maiores do que .4.

Tabela 1 – Índice de capital social encapsulado e índice de potencial de capital social emancipatório

Capital social encapsulado	%	Potencial de capital social emancipatório	%
0	10,8	0	0,6
0,33	3,1	0,5	3,2
0,67	3,3	1	96,1
1	82,7	Total	100
Total	100		

Fonte: elaboração própria, com base nos resultados dos fatores verificados a partir da análise dos componentes principais.

Com relação a população atingida por UHES no sul do Brasil, verifica-se um alto nível nos estoques de capital social encapsulado e de potencial de capital social emancipatório. Em uma escala que varia entre 0 a 1, o capital social emancipatório apresentou média de 0,86, enquanto o potencial de capital social encapsulado apresentou média de 0,98. Em ambos os tipos, verifica-se a concentração dos atingidos na parte superior da escala, indicando a presença de altos estoques de capital social na comunidade.

As variáveis utilizadas para os índices de capital social emancipatório possibilitaram medir os estoques de capital social antes dos remanejamentos, portanto, os atingidos por UHES, apresentaram estoques de capital social elevado antes da intervenção pelos empreendimentos das UHES. Estes indicadores verificados vêm ao encontro do que Sigaud (1986) argumentou a respeito do comportamento dos agricultores da região atingida. Segundo a autora, eles mantinham uma rede de relações pelas quais participavam em igrejas, feiras, festas e associações, que poderia ter sustentado o envolvimento social necessário para operacionalizar a organização dos movimentos de luta.

Tendo em vista os altos índices de capital social, verificada entre os atingidos por UHES, Putnam (2000) descreve que a alta coesão social pode gerar ações a fim de minimizar os dilemas da ação coletiva. Segundo o autor, a presença de estoques de capital social do tipo encapsulado em uma comunidade significa a presença dos mesmos elementos desenvolvidos no âmbito familiar (normas sociais), que proporcionam enfrentar problemas do cotidiano. Os atingidos por UHES, portanto, apresentaram fortes relações sociais, de nível intra-grupo, e podem explicar o desenvolvimento de alternativas frente a intervenção política do estado naquela região, com a construção dos empreendimentos hidrelétricos.

Com relação à presença de estoques de potencial de capital social emancipatório entre os atingidos por UHEs não significa em uma maior participação nas iniciativas que melhoram a região, ou o país. Este é um indicador que mede dimensões psicológicas, e, portanto, reflete o potencial destes cidadãos de empoderar-se a respeito de suas condições e, então, construir juntos o desenvolvimento necessário a sua região (BAQUERO *et al.* 2013).

Tabela 2 – Índice de confiança institucional, índice de confiança interpessoal e índice de participação política

Confiança institucional	%	Confiança interpessoal	%	Participação política	%
0	10,1	0	1	0	26,6
0,17	2,9	0,25	0,2	0,17	14,4
0,33	8,8	0,5	3,2	0,33	27,1
0,5	24,3	0,75	4,2	0,5	18,5
0,67	20,5	1	91,5	0,67	8,5
0,83	10,4	Total	100	0,83	1,6
1	23,1			1	3,3
Total	100			Total	100

Fonte: elaboração própria, com base nos resultados dos fatores verificados a partir da análise dos componentes principais e da rotação *varimax* (índice de confiança institucional e índice de participação política).

A participação política dos atingidos, contudo, em uma escala de 0 a 1 apresenta uma média de 0,30. Verifica-se que grande parte dos atingidos concentram-se na faixa inferior e intermediária do índice. O que significa que, em sua maioria, se já participaram de alguma das ação política, possivelmente, não o fazem mais. Considerando que a comunidade analisada neste trabalho é proveniente de uma região marcada por conflitos políticos e sociais, observa-se que este índice, relativamente elevado, não é surpreendente para o contexto examinado. Isto porque, considerando pesquisas que analisam a participação política em todo o Brasil (BAQUERO, 2011; MOISÉS, 2010; MOISÉS e MENEGUELO, 2013) essas apontam a baixa participação política dos cidadãos.

Análise do modelo de trajetória para os atingidos por UHEs no sul do Brasil

O próximo passo na análise dos dados foi testar o modelo de trajetória, apresentado na seção de metodologia deste trabalho. A análise de trajetória trabalha com equações específicas que operacionalizam modelos causais unidirecionais. A equação proposta neste trabalho está no próximo quadro:

Quadro 2 – Equação estrutural do modelo de trajetória

$$Y = \alpha + P_1\gamma + P_2\gamma + P_3\gamma + P_4\gamma + P_{12} + P_{13} + P_{14} + P_{23} + P_{24} + P_{34} + \hat{\epsilon}$$

Onde:

Y = Participação Política

α = Constante

P_1 = Capital Social Emancipatório

P_2 = Potencial de Capital Social Encapsulado

P_3 = Confiança Interpessoal

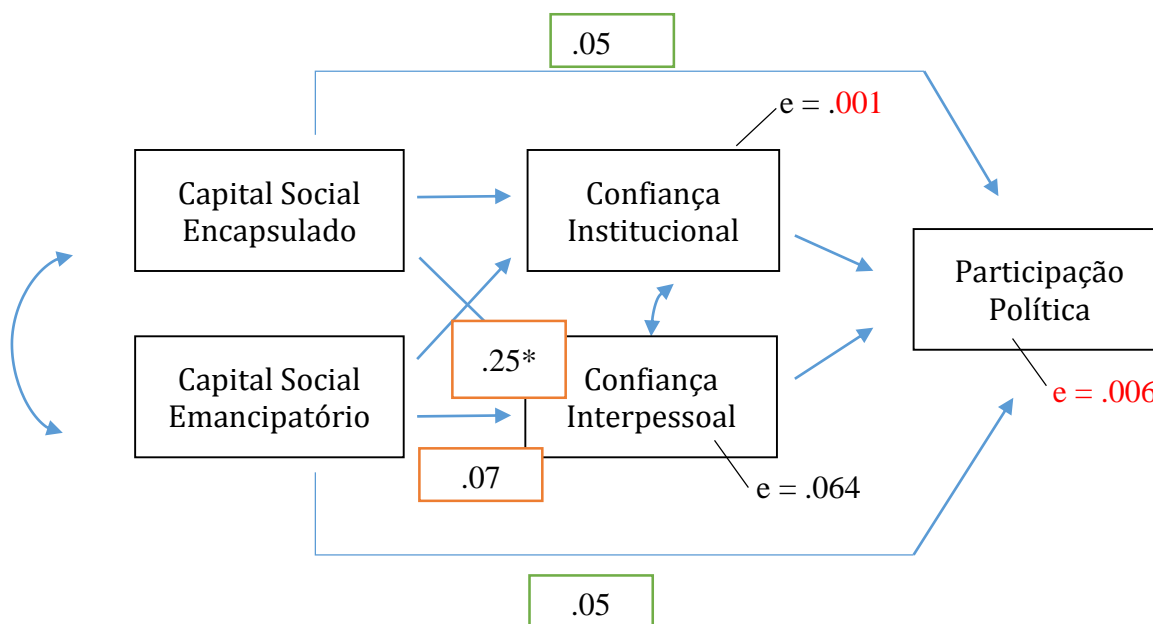
P_4 = Confiança Institucional

$\hat{\epsilon}$ = Variância não explicada

O objetivo da análise de trajetória é avaliar o *efeito direto* das variáveis, adicionado ao *efeito indireto* resultando no *efeito total* (PESTANA e GAGUEIRO, 2000). O efeito direto é a relação de cada uma das variáveis independentes sobre a dependente, de capital social emancipatório, de potencial de capital social encapsulado, de confiança institucional e de confiança interpessoal sobre a participação política. O efeito indireto é a relação entre as variáveis exógenas passando pelos efeitos das variáveis endógenas, de capital social encapsulado sobre a participação política, via confiança interpessoal e via confiança institucional; de potencial de capital social emancipatório sobre a participação política, via confiança interpessoal e via confiança institucional. Existe ainda os efeitos indiretos entre as variáveis independentes, entre o capital social encapsulado e o potencial de capital social emancipatório, e entre a confiança interpessoal e a confiança institucional. Esta técnica permite analisar de que forma variáveis que não possuem efeito direto, são técnica e empiricamente relacionadas (confiança interpessoal e confiança institucional).

Com relação às hipóteses formuladas propôs-se a existência de relação causal entre os indicadores dos conceitos analisados, através do modelo de análise de trajetória. A bibliografia (TAKSUOKA, 1976) a respeito desta técnica sugere que os coeficientes abaixo de .05 sejam retirados do modelo, desta forma (Anexo 3) para todos os coeficientes presentes no modelo. Verificou-se a presença dos seguintes efeitos para o caso dos atingidos por UHEs:

Gráfico 2 – Efeitos Diretos e Indiretos sobre a Participação Política



* Significância estatística de $p < 0,00$. Os outros efeitos apresentaram $p > 0,05$.

Fonte: elaboração própria com base no resultado das análises do banco de dados da pesquisa P & D Remanejamento. Os efeitos diretos são apresentados nas caixas de cor verde e os efeitos indiretos, estão nas caixas de cor laranja.

Analisando os indicadores restantes no modelo sobre a participação política, constatou-se os efeitos diretos do capital social encapsulado e do potencial de capital social emancipatório que apresentaram fatores de mesmo valor $(.05)^{28}$. Estes fatores significam uma associação fraca entre as variáveis exógenas, ou seja, a existência de capital social encapsulado ou de potencial de capital social emancipatório pouco explicam a participação política dos entrevistados. Além disso, essa associação por não apresentar significância estatística, não pode ser generalizada aos outros atingidos.

Ainda com relação a esta análise, o erro verificado na variável dependente – participação política – nesse modelo significa que apenas uma pequena parte da variância foi explicada pelas variáveis postuladas. Em outras palavras, a correlação verificada para os dois tipos de capital social e os dois tipos de confiança são pouco explicativas para o desenvolvimento de participação política entre esta população. A hipótese central é parcialmente confirmada. Por um lado, verifica-se que a existência de capital social, confiança interpessoal e confiança institucional nas comunidades atingidas por barragens não são responsáveis pela participação política dos atingidos por UHEs.

²⁸ O efeito é uma medida entre (0) e (1), sendo que quanto mais próximo de um (1) maior a correlação, mas o valor final não irá ultrapassar a um (1).

A presença de estoques de capital social nesta população não influenciou a emergência de movimentos políticos, da mesma forma que ocorreu no norte da Itália (PUTNAM, 1996). Os atingidos por UHEs não transbordaram seus estoques de capital social encapsulado, com fortes vínculos intra-grupo para as necessidades enfrentadas na comunidade frente aos empreendimentos. Da mesma forma, a presença de um potencial de capital social encapsulado não proporcionou um envolvimento dos atingidos frente a situação dos remanejamentos. Embora os altos índices encontrados para este potencial os atingidos não se empoderaram para resolver as questões sociais. Nessa perspectiva o processo de implantação e negociação dos empreendedores com os atingidos por barragens são importantes, embora, nesse trabalho tais processos não decorrem dos estoques de capital social verificados na comunidade.

Esses resultados verificados com o modelo podem ser entendidas como efeitos da cultura política e do contexto histórico dos atingidos por UHEs. Para Moisés (2010) o legado dos regimes autoritários deixou a “sociedade civil passiva, enfraquecida, fragmentada e desorganizada durante a transição que se seguiu” (p. 26). A baixa participação política da população e a falta de interesse nos assuntos políticos são evidências de uma apatia política generalizada no país. A população de atingidos, também, possui os elementos construtivos culturais presentes no restante da população brasileira, sendo possível atribuir os baixos efeitos do modelo às influências do coronelismo, do clientelismo e do patrimonialismo (FAORO, 1975; CARVALHO, 1997; LEAL, 1948).

Assim, no contexto de uma população rural, caracterizada pela produção agrícola familiar, o protagonismo das mobilizações políticas pode ter sido conduzido de fora para dentro. As pessoas atingidas não tiveram seus estoques de capital social transbordados em ações políticas, entretanto, algumas entidades influentes proporcionaram o desenvolvimento de grande parte dos movimentos políticos de oposição. Uma vez que a própria criação do MAB foi marcada pela presença de pessoas, não diretamente atingidas, mas com grande influência, tais como padres, lideranças sindicais, professores universitários (ROTHAMAN, 1996).

Já com relação aos efeitos indiretos verificados nesse modelo, a relação postulada entre o capital social emancipatório e a confiança interpessoal representa o efeito mais alto do modelo de (.25), e neste caso, o efeito é significativo e pode ser generalizado a todas as pessoas atingidas por UHEs no sul do Brasil. Esse resultado vai ao encontro dos argumentos de Putnam (1996), que considera as interações sociais intra-grupo

fundamentadas pela confiança interpessoal entre os membros de uma comunidade. No caso dos atingidos, as relações sociais vividas antes do impacto dos remanejamentos pode ter influenciado a existência de estoques de capital social encapsulado produzindo a confiança interpessoal.

Esses dados evidenciam a importância de vínculos que possibilitem estoques do capital social encapsulado a fim de proporcionar a existência de confiança interpessoal. A situação dos remanejamentos interrompe essas relações de forma compulsória, dificultando que a existência de confiança interpessoal continue no cotidiano dos atingidos. A confiança, segundo Putnam (1996) pode ser facilmente quebrada, uma vez que não encontra mais os meios de manter a reciprocidade de ações dentro da comunidade. Entretanto, é possível que sejam restaurados os vínculos intra-grupo através da reestruturação de meios que possibilitem a interação comunitária dessas pessoas. Entre os atingidos a situação pós-remanejamento pode condicionar a permanência destes indicadores.

O efeito indireto verificado entre o potencial de capital social emancipatório e a confiança interpessoal de .07, não sendo significativo, descreve uma fraca correlação entre o potencial de empoderamento dos atingidos em causas comuns à comunidade com a confiança que os mesmos tinham uns nos outros. A presença do efeito no modelo revela que, entre os entrevistados, aqueles que possuíam uma potencial orientação para auxiliarem nas necessidades coletivas demonstraram relações de confiança interpessoal. Isto significa que o potencial de capital social emancipatório, poderia ser acionado pela confiança interpessoal, podendo auxiliar aos atingidos empoderar-se de sua condição de precariedade na sociedade.

Com relação a confiança institucional, os efeitos verificados foram muito pequenos, como também não apresentaram significância estatística. Inferindo-se assim a ausência de causalidade do conceito dentro do modelo. Entretanto, a confiança institucional foi mantida no modelo devido a hipótese de possível associação com a confiança interpessoal. No quadro a seguir, examinam-se os efeitos diretos, indiretos e totais sobre a participação política nos atingidos por UHEs.

Quadro 3 – Efeitos Diretos, Indiretos e Totais sobre a Participação Política

Conceito	Efeito Direto _(erro)		Efeito Indireto _(erro)	Efeito Total
Capital Social Encapsulado	.05 _(.001)	Confiança Institucional	.04 _(.001)	.14
		Confiança Interpessoal	.25* _(.061)	
		Potencial de Capital Social	.03 _(.001)	
Potencial de Capital Social	.05 _(.002)	Confiança Institucional	.02 _(.001)	.05
		Confiança Interpessoal	.070 _(.005)	
Confiança Institucional	.01 _(.000)	Confiança Interpessoal	.03 _(.001)	.05
Confiança Interpessoal	.00 _(.000)			.03
Efeito Total				.27

* Significância estatística de $p < 0,00$. Os outros efeitos apresentaram $p > 0,05$.

Fonte: Elaboração própria com base nos escores do modelo.

A influência do capital social na participação política, considerando os efeitos indiretos da confiança interpessoal e da confiança institucional, torna-se mais robusta. Com relação a influência de capital social encapsulado sobre a participação política, via confiança interpessoal e institucional o efeito total é de .14. Nesse caso, as atitudes de confiança ampliaram a influência do capital social encapsulado sobre o engajamento político. Da mesma forma, com relação ao capital social encapsulado o efeito total é muito reduzido (.05). Considerando o efeito da confiança, o capital social encapsulado possui uma relação mais robusta do que o potencial de capital social emancipatório. Os entrevistados, portanto, tendem a participar mais na política se houver estoques de capital social encapsulado e de confiança interpessoal.

Uma vez que o efeito total do potencial de capital social emancipatório revela-se fraco para o modelo final, conclui-se que os atingidos por UHEs não transformam seus estoques em ações voltadas para o bem comunitário. Em outras palavras, os atingidos, no processo dos remanejamentos, não estavam empoderados da necessidade de agirem em prol de ações políticas para a comunidade. Avaliando este conceito, Baquero *et al.* (2013) identifica que, estabelecendo uma relação causal inversa nesse mesmo contexto, a participação social não foi responsável pela ampliação dos estoques de capital social.

A mobilização política dos atingidos pode ser interpretada de uma forma reativa ao desenvolvimento dos empreendimentos hidrelétricos. A presença de estoques de capital social, baseadas na confiança interpessoal, não foram responsáveis pelas mobilizações em prol da causa comunitária. Portanto, permaneceram traços hierarquizados nas relações sociais que tornaram pouco significativos os efeitos do capital social sobre a participação política.

5. Conclusão

O século XX foi marcado pela política de construção de UHEs para proporcionar energia elétrica ao desenvolvimento do país, contudo essas políticas não levam em conta os impactos sociais gerados a milhares de pessoas atingidas por esses empreendimentos. Nesse trabalho, analisou-se que além de retirar milhares de pessoas de suas casas as intervenções das UHEs afetam também a vida comunitária local. Todavia esse processo pode causar efeitos sociais, psicológicos e também econômicos irreversíveis, na maioria das vezes, a pequenos agricultores. Essas foram as conclusões do relatório elaborado pela ELETROSUL, o qual apontava para a possibilidade de construção de hidrelétricas na região do alto do rio Uruguai, em 1978, considerando a localização estratégica dessa ÁREA no repasse de energia para o restante do país.

Neste sentido, pesquisas têm discutido os impactos sociais desses empreendimentos (PASE e BAQUERO, 2013) e proposto que sejam encontradas novas relações de poder entre os atingidos e as empresas (ROCHA, 2012a). Esse trabalho, portanto, buscou contribuir para compreensão da realidade destes atingidos, no âmbito de relações comunitárias, a fim de que os recursos destinados aos processos de remanejamentos no futuro tenham percepções ampliadas da realidade coletiva dessas pessoas. Dentre os objetivos propostos, buscou-se analisar as influências dos estoques de capital social e da confiança destes atingidos sobre a participação política apresentada pelos mesmos. Assim, postulou-se um modelo de trajetória com as seguintes hipóteses, obtendo os seguintes resultados:

– Quanto maior o estoque de capital social encapsulado e de potencial de capital social emancipatório maior a participação política dos atingidos: essa relação apresentou efeitos reduzidos, que não podem ser generalizados para toda a população analisada. A presença de estoques destes dois tipos de capital social não explicou a participação política no caso de pessoas atingidas por UHEs no sul do país.

– Quanto maior o estoque de capital social encapsulado e de potencial de capital social emancipatório maior a confiança interpessoal e a confiança institucional entre os atingidos: apenas a relação postulada entre capital social encapsulado e confiança interpessoal foi significativa e apresentou alto efeito explicativo no modelo, isso significa que estoques de capital social encapsulado estão associados ao desenvolvimento de confiança interpessoal dentro das comunidades.

– Quanto maior a presença de confiança institucional e de confiança interpessoal, maior a participação política: a relação postulada não apresentou efeitos relevantes no modelo, os quais não revelam uma relação de causalidade entre os conceitos no contexto analisado.

– Quanto maior o estoque de capital social encapsulado maior o potencial de capital social emancipatório: a associação postulada não apresentou significância.

– Quanto maior a presença de confiança interpessoal, maior a presença de confiança institucional dos atingidos: a associação postulada também não apresentou significância.

Desta forma, a hipótese central, de que a existência de capital social, confiança interpessoal e confiança institucional nas comunidades atingidas por barragens influencia a participação política dos atingidos por UHEs não foi confirmada. Um aspecto a ser considerado para explicar este resultado seria o contexto político e social experimentado por essa população que carrega valores culturais que possivelmente anularam os efeitos provenientes dos estoques de capital social. Os elementos que constituem a cultura política brasileira, conflitaram e sobrepujaram os elementos característicos do capital social. Dessa forma, compreende-se que são necessários estudos que busquem contextualizar os efeitos do capital social sobre este atípico comportamento dos atingidos, que combina a presença de estoques de capital social encapsulado simultaneamente com desconfiança e de apatia política.

Uma possível explicação ao contexto dos atingidos é a possível verticalização dos movimentos sociais e a interrupção da participação política depois de concluídos os processos de remanejamento. Os cidadãos, que apresentaram alguma participação política não possuíam, portanto, o engajamento e as predisposições necessárias para canalizarem as experiências desse processo em uma cultura política mais cívica e participativa. Considerando que essa é uma situação, muitas vezes traumáticas para essa população, os benefícios coletivos de tal envolvimento cívico não estariam associados à participação política. Este, contudo, pode ser o “pano de fundo” de outras pesquisas.

Finalmente, a situação de adaptação enfrentada pelos atingidos por UHEs, após os remanejamentos, traça, ainda hoje, novos parâmetros de discussões políticas e sociais. Novas UHEs estão sendo propostas, enquanto outras já estão em processo de conclusão. Espera-se que esse trabalho venha a contribuir com novas perspectivas para o estabelecimento de reassentamentos coletivos, capazes de manter os estoques de capital social, ou mesmo aumentar, sua potencial influência. Esse trabalho aponta para a

importância da preservação/reestruturação das relações sociais rompidas pelo processo de construção de UHEs, com o objetivo de minimizar os impactos às comunidades coletivas atingidas.

6. Referências

- ANEEL. *Atlas de energia Elétrica do Brasil*. 2008. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas3ed.pdf2008>>. Acesso em: 10 set. de 2013.
- ALMOND, G.; VERBA, S. *The Civic Culture: Political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown, 1965.
- ARTURI, Carlos S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 17, nov, p. 11-31, 2001.
- BABBIE, Earl. *Métodos de Pesquisas de Survey*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- BAQUERO, Marcelo. *Qual Democracia para a América Latina? Capital Social e empoderamento são a resposta?* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
- _____. *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- BAQUERO, Cesar Marcello. *Democracia e desigualdades na América Latina: novas perspectivas* Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- BAQUERO, Marcelo; BAQUERO, Rute. *Trazendo o cidadão para a arena pública: Capital Social e empoderamento na produção de uma democracia social na América Latina*. REDES, Santa Cruz do Sul, v.12, n.1, p. 125 -150 jan./abr 2007.
- BAQUERO, M.; PRÁ, J. *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.
- BAQUERO, Rute. *Empoderamento: questões conceituais e metodológicas*. Revista Redes, 2006.
- BAQUERO, Marcelo, MORAIS, Jennifer Azambuja de; VASCONCELOS, Camila. Construindo capital social em contextos de assimetria de poder: uma análise dos atingidos por hidrelétricas no Brasil. In: PASE, Hemerson; BAQUERO, Marcelo. *Desenvolvimento hidrelétrico: qualidade de vida e capital social no sul do Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2013.
- BARNES, S.; KAASE, M. *Political Action: mass participation in five western democracies*. Beverly Hills: Sage Publications, 1979.
- BOURDIEU, P. Le Capital Social: Notes Provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31: 2-3. 1980.
- BRYMAN, A.; CRAMER, D. *Quantitative Data Analysis with SPSS Release 12 and 13: A Guide for Social Scientists*. Routledge, 2005.
- CARVALHO, José Murilo. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. Dados vol. 40 no. 2 Rio de Janeiro, 1997.

- COLEMAN, James. Social Capital in the creation of human capital. *America Journal of sociology*. Col.94, suplement, p. 95-120, 1988.
- DAHL, R. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- DIAMOND, L.; MORLINO, L. *The quality of democracy*. CDDRL Working Papers, Stanford, n. 20, sep. 2004.
- DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- EASTON, D. *Uma teoria de análise política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- ESSER, Hartmut. The Two Meanings of Social Capital. In: CASTIGLIONE, Dario; DETH, Jan Van; WOLLEB, Guglielmo. *Handboock of Social Capital*. Oxford U. Press, 2008. p. 22-49.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Globo, São Paulo, Ed. USP, 1975.
- FIELD, Andy. *Descobrimdo a estatística usando o SPSS*. Porto Alegre: Artmed, 2009
- FUKUYAMA, Francis. *Confiança: valores sociais e criação de prosperidade*. Lisboa: Gradativa, 1996.
- GOOGLE, 2014. Google Mapas. Dados do mapa ©2014 Google, Inav/Geosistemas SRL. Disponível em: <<https://maps.google.com.br/maps?hl=pt&ll=-26.775039,-46.175537&spn=5.736373,10.821533&t=m&z=7&iwloc=0004f1aa3abd8b6b3117e>>. Acesso em: 26 de Jan. 2014.
- GROOTAERT, Christiaan; NARAYAN, Deepa; JONES, Veronica Nyhan; WOOLCOCK, Michael. *Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)*. Banco mundial, 2003.
- INGLEHART, R. WELZEL, C. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Editora Francis, 2005.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LAZARSFELD, P. F., BERELSON, Bernard, and GAUDET, Hazel. *The People's Choice*. New York: Duell, Sloan and Pearce, 1944.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro, Forense. 1948.
- LEMKE, Cristiano. Modelos de equações estruturais com ênfase em análise fatorial confirmatória no software AMOS. 2005. 99 f. Trabalho de conclusão(graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Matemática. Bacharelado em Estatística, Porto Alegre, BR-RS, 2005.
- LESSER, Eric L. *Knowledge and Social Capital: Foundations and Applications*. Butterworth-Heineman: 2000.

- LLERAS, C. Path Analysis. *Encyclopedia of Social Measurement*, v. 3, p. 25-30, 2005. Disponível em: <http://www.hcd.illinois.edu/people/faculty/laderas_christy/publications/Path_Analysis.pdf>. Acesso em: 04/07/2013.
- LOURY, G. A dynamic theory of racial income differences. In: LEMUND, A.; WALLACE, P. A. *Women, minorities, and employment discrimination*. Lexington, MA: Lexington Books, 1977.
- MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. *Os encontros nacionais e a criação do movimento nacional*. 1 agosto, 2011. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/3-os-encontros-nacionais-e-cria-do-movimento-nacional>>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- MARTINEZ, Rossana Vitelli. *Capital Social, Participação e Cidadania no meio rural: uma perspectiva de gênero*. 2010. 290 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- MOISES, José Álvaro. **Cidadania, confiança e instituições democráticas**. *Lua Nova* [online], n. 65, p. 71-94. 2005.
- MOISÉS, J. *Democracia e Confiança: Por que os cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?* São Paulo: Ed. USP, 2010.
- MOISES, J. A; MENEGUELLO, R. *A Desconfiança Política e os seus impactos na Qualidade da Democracia*. São Paulo: EDUSP, 2013.
- MONASTERIO, Leonardo Monteiro. *Capital Social e a Região sul do Rio Grande do Sul*. 2002. 228 f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação de Desenvolvimento Econômico, Setor de Clínicas Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. 2002.
- MORAIS, Jennifer Azambuja. *O processo de tomada de decisão dos cidadãos atingidos por Usinas Hidrelétricas*. 2013. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, UFPEL, 2013.
- NORRIS, Pippa. *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*. New York: Cambridge University Press, 2002.
- NORRIS, Pippa. Introduction: the growth of critical citizens? In: NORRIS, P. (Ed.). *Critical citizens: global support for democratic government*. New York: Oxford University Press, 1999.
- O'DONNELL, G. Democracia, Desenvolvimento Humano e Direitos Humanos. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.7, n.1, p.13-14, jan.-abr. 2013.
- PASE, Hemerson; BAQUERO, Marcelo. *Estado, Democracia e Hidreletricidade no Brasil*. Pelotas: Ed. Universitária UFPel, 2012.
- PASE, Hemerson; BAQUERO, Marcelo. *Desenvolvimento hidrelétrico: qualidade de vida e capital social no sul do Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2013.

- PESTANA, Maria. GAGUEIRO, João *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS. rev. e aum.* Lisboa: Edições Sílabo, 2000.
- PORTES, Alejandro. Social capital: Its origins and applications in modern sociology. In: LESSER, Eric L. *Knowledge and Social Capital*. Boston: Butterworth-Heinemann, 2000. P. 43-67.
- POWER, Timothy J. JAMISON, Giselle D. Desconfiança política na América Latina. *Opin. Pública*, Campinas, vol.11, n. 1, mar. 2005.
- PUTNAM, Robert D. *Bowling Alone. The Collapse and Revival of American Community*. United States. Edited by Theda Skocpol and Morris P. Fiorina. 2000.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- REIS, Maria José. O Movimento dos Atingidos por Barragens: atores, estratégias de luta e conquistas. In: Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, UFSC, Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/maria_jose_reis.pdf>. Acesso em: 5 set. 2013.
- ROCHA, Humberto José. Relações de poder na hidreletricidade: a instalação da UHE Foz do Chapecó na bacia do rio Uruguai. 2012. 351 f. Tese de Doutorado, Curso de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP. 2012a.
- ROCHA, Humberto José. A condição de atingido por Barragem. In: PASE, Hemerson; BAQUERO, Marcelo. *Estado, Democracia e Hidreletricidade no Brasil*. Pelotas: Ed. Universitária UFPel, 2012b.
- ROTHAMAN, Frankin. A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai, 1979 – 1990. In: NAVARRO, Zander (org.). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.
- SEMINOTTI, Jonas. O movimento dos atingidos por barragens: origem e atuação (1979 - 2008). In: PASE, Hemerson; BAQUERO, Marcelo. *Estado, Democracia e Hidreletricidade no Brasil*. Pelotas: Ed. Universitária UFPel, 2012.
- SIGAUD, Lygia. *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho (comunicação nº 9)*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/PPGAS, 1986.
- SIGAUD, Lygia. *O efeito das tecnologias sobre comunidades rurais: o caso das grandes barragens*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.18, ano 7, fev. de 1992.
- SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.
- STEVENS, James. *Applied Multivariate Statistics for the Social Sciences*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1992.

TATSUOKA, M. M. Discriminant analysis. In: BENTLER, P. M. LETTIERI, D. J. AUSTIN, G. A. (Eds.). *Data analysis strategies and designs for substance abuse research*. Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1976.

TOCQUEVILLE, A. *A Democracia na América*. Livro I Leis e costumes. São Paulo. Ed. Martins fontes. 2001.

WOOLKOOK, Michael. NARAYAN, Deepa. *Social Capital: Implications for Development Theory, Research, and Policy*. World Bank Group, v.15, n. 2 aug. p. 225-249, 2000.

7. Anexos

Anexo 1: Questionário

**PESQUISA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E PROPOSIÇÃO DE MODELO DE
ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS DE REMANEJAMENTO DA POPULAÇÃO ATINGIDA
POR EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS
UFPEL/UFRGS/UFSC**

Questionário n°: _____ **Data:** ___/___/___

Cidade: _____

UF: _____

Localidade/Comunidade: _____

UHE que o remanejou: (1) Barra Grande (2) Campos Novos (3) Machadinho (4) Itá (5) Foz do Chapecó

Tipo de remanejamento: (1)RAR (2)PRR (3)RRC (4)CC (5)Indenização em dinheiro (88)NS (99)NR

1. Gênero (anote sem perguntar): (1) Masculino (2) Feminino

2. Idade: _____

Gostaria de começar nossa entrevista lhe perguntando:

3. (Anotar a resposta espontânea) Qual é a sua escolaridade?

- (1) Não estudou
- (2) Fundamental Incompleto
- (3) Fundamental Completo
- (4) Médio Incompleto
- (5) Médio Completo
- (6) Superior Incompleto
- (7) Superior Completo (88)NS (99)NR

Anotar aqui se a informação não está contemplada pelas alternativas

4. O(a) Sr(a) reside aqui faz: _____ anos _____ meses

SITUAÇÃO ANTERIOR E POSTERIOR AO REMANEJAMENTO

Continuando com nossa entrevista,

5. Em qual município o(a) Sr(a) morava antes do remanejamento? _____ (88)NS (99)NR

6. E em qual comunidade residia? _____

(88)NS (99)NR

7. Qual era sua condição anterior? (Se responder 3, ir para a questão 8)

(1)Proprietário(2)Arrendatário(3)Outro: _____ (88)NS(99)NR

7.1 Qual era o tamanho da terra? _____
(88)NS (99)NR

8. E qual é a sua condição hoje? (Se responder 3, ir para a q. 9)

(1)Proprietário(2)Arrendatário(3)Outro: _____ (88)NS(99)NR

8.1 Que tamanho tem a sua terra hoje? _____
(88)NS (99)NR

9. (Não fornecer as respostas) Havia benfeitorias na propriedade antiga? E na atual?

(Se responder 4, ir para a q. 11)

(1) Apenas na antiga(2) Apenas na atual (3) Em ambas(4)Em nenhuma(88)NS(99)NR

10. Quais benfeitorias?

(1)Sim (2)Não (77)NSA (88)NS (99)NR

Especificação	Anterior	Atual
10.1 Moradia		
10.2 Galpões		
10.3 Paiol		
10.4 Chiqueiro		
10.5 Aviário		
10.6 Estrebaria		
10.7 Outras. Quais?		

11. Quem morava com o(a) Sr.(a) antes do remanejamento? Por favor, indique o parentesco, o sexo, a idade, a escolaridade e a principal ocupação dessas pessoas:

11.1 Antes do remanejamento(ANO: _____)

Parentesco	Sexo (M/F)	Idade	Escolaridade	Principal ocupação
				(1)Lavoura (2)Criações (3)Do Lar (4)Estudante (5)Outra: _____
a.				
b.				
c.				
d.				
e.				
f.				
g.				

11.2 E hoje, quem mora com o(a) senhor(a)?

Parentesco	Sexo (M/F)	Idade	Escolaridade	Principal ocupação
				(1)Lavoura (2)Criações (3)Do Lar (4)Estudante (5)Outra: _____
a.				
b.				
c.				
d.				
e.				
f.				
g.				

12. Quanto o(a) senhor(a) ganhava antes do remanejamento? _____

(88)NS(99)NR

12.1. Renda convertida para a unidade de medida salário

(1) até um salário mínimo (2) de 1 a 2 sm (3) de 2 a 5 sm (4) de 4 a 5 sm
(5) acima de 10 sm (6) não tinha renda (88)NS (99)NR

TOMADA DE DECISÃO

Agora gostaria de passar para outro conjunto de perguntas

13. Quais foram as propostas de remanejamento apresentadas pelo empreendedor para o(a) senhor(a)? (Múltipla escolha)

(1)Carta de crédito(2)Indenização(3)Reassentamento Rural Coletivo
(4)Pequenos Reassentamentos(5)Reassentamento em Áreas Remanescentes (88)NS(99)NR

14. De que forma elas foram apresentadas?)? (Múltipla escolha)

(1)Por escrito (2)Através de visita(3)Por escrito e visita
(4)Reunião da/na comunidade(88)NS (99)NR

15. Todas as opções de remanejamento foram apresentadas no mesmo momento?
(Se responder 1, ir para a q. 17)

(1)Sim(2)Não(88)NS(99)NR

16. Se tivessem apresentado ao Sr. todas as opções ao mesmo tempo, o Sr. teria optado por qual delas?

(1)Carta de crédito(2)Indenização(3)Reassentamento Rural Coletivo
(4)Pequenos Reassentamentos(5)Reassentamento em Áreas Remanescentes
(77)NSA – (Todas foram apresentadas ao mesmo tempo) (88)NS(99)NR

16.1

quê? _____

Por

17. As opções foram apresentadas antes ou depois do início da obra?

(1)Antes(2)Após(88)NS(99)NR

18. (Não fornecer as respostas) Quantas visitas o Sr. recebeu do empreendedor?

(1) Uma(2)Duas(3)Três(4)Mais de três(88)NS(99)NR

19. A sua primeira opção foi aceita imediatamente pelo empreendedor?

(1) Sim (2) Não(88)NS(99)NR

20. Em quanto tempo o Sr. decidiu sobre o tipo de remanejamento depois da apresentação das opções?

(1)Menos de 6 meses(2)Entre 6 meses e 1 ano (3)Mais de 1 ano(88)NS (99)NR

21. Entre a primeira visita e a efetiva assinatura do acordo de remanejamento quanto tempo se passou?

(1)Menos de 1 ano(2)Entre 1 e 2 anos(3)Mais de 2 anos (88)NS (99)NR

22. Alguém insistiu para que o Sr. optasse por alguma modalidade? (Se responder 2, ir para a q. 23)

(1)Sim(2)Não(88)NS(99)NR

↓
22.1

Quem? _____(88)NS(99)NR

22.outro. Sistematização das respostas da questão 22.1 em opções fechadas

(1) Imobiliárias (2)Empreendedor (3)Família (4)MAB (5) Associações (6) Rádio/TV/Jornal
(7)Outros (88)NS (99)NR

23. O Sr. levou em consideração as opiniões de quem para a decisão por esta opção? (Múltipla escolha)

(1)Imobiliárias (2)Empreendedor (3)Família (4)MAB (5) Associações (6) Rádio/TV/Jornal
(7)Outros: _____(88)NS(99)NR

24. O(a) Sr.(a) está insatisfeito ou satisfeito com o remanejamento?

(1) Satisfeito(2)Insatisfeito(88)NS(99)NR

24.1 Por

quê? _____

q24.outro. Sistematização das respostas da questão 24.1 em opções fechadas

(1) Titulo de propriedade (2) Vida melhor (3) Vida pior (4) trabalho melhor (5) trabalho pior (6) terra melhor (7) terra pior (8)Outros (10) Nao teve opção (11) Nao recebeu indenização (12) Manutenção da comunidade (13) perda da comunidade (14) propriedade melhor (15) propriedade melhor (16) localidade melhor (17) localidade pior (18) bem indenizado (19) mal indenizado (77) NSA (88) NS (99) NR

25. O(a) Sr.(a) acompanhava as discussões sobre a hidrelétrica no jornal, rádio e TV? (Se responder 2, ir para q. 26)

(1) Sim (2) Não (88)NS(99)NR

25.1 Quem falava mais?

(1) MAB (2) Empreendedor (3) Governo (88)NS(99)NR

SUSTENTABILIDADE

Agora, vamos falar um pouco sobre o meio ambiente.

26. (Não fornecer as respostas) Sobre a utilização de agrotóxicos e adubos químicos na lavoura, o senhor utilizava na antiga propriedade? E hoje?

(1) Apenas na antiga(2) Apenas na atual(3) Em ambas (4) Em nenhuma (88)NS (99)NR

27. O(a) sr(a) acha que a empresa responsável pela hidrelétrica se preocupa com o meio ambiente?

(1)Sim(2)Não(88)NS(99)NR

28. Vou lhe falar duas frases e gostaria que me dissesse com qual delas o(a) Sr(a) está mais de acordo:

28.1(1)É mais importante proteger o meio ambiente do que desenvolver a região OU

(2)É mais importante desenvolver a região do que proteger o meio ambiente.

(88)NS(99)NR

E entre essas outras duas frases, com qual o(a) Sr.(a) concorda mais?

28.2(1)O governo deve preservar o meio ambiente com dinheiro que tem OU

(2) A população deve ajudar com dinheiro o governo para preservar o meio ambiente.

(88)NS(99)NR

TERRITORIALIDADE / CULTURA

O próximo assunto que quero tratar com o(a) Sr(a) é sobre como as coisas eram antes e como ficaram depois do remanejamento.

29. (Não fornecer as respostas) Pensando na propriedade anterior e na atual, qual é a mais produtiva?

(1)Antiga(2)Atual(3)Ambas produzem igualmente(88)NS(99)NR

30. (Não fornecer as respostas) Em relação à sua atividade profissional, ela é melhor desenvolvida hoje ou era melhor antes do remanejamento?

(1)Antes(2)Atualmente(3)Antes e hoje é igual(88)NS(99)NR

31. O(a) senhor (a) ou alguém da família ficou muito triste ou deprimido depois da mudança?

(1)Sim(2)Não (88)NS (99)NR

32. O(a) senhor (a) sente saudades dos vizinhos e da comunidade anterior?

(1)Sim(2)Não(88)NS (99)NR

33. E agora, falando sobre atividades na comunidade, antes e depois do remanejamento:

(1)Sim (2)Não (77)NSA (88)NS (99)NR

	Antes	E agora?
33.1 Havia atividades de lazer na comunidade?		
33.2 O(a) Sr(a) costumava ir nessas atividades?		
33.3 Gostava dessas atividades?		

33.4 Visitava os vizinhos com regularidade?		
---	--	--

34. Sobre as atividades de lazer, o que acontecia?

(1)Sim (2)Não (77)NSA (88)NS (99)NR

Atividades	Antes	E hoje?
34.1 Baile/festas com danças		
34.2 Atividades/campeonatos esportivos		
34.3 Festas religiosas		
34.4 Outras:		

35. Falando um pouco de como eram as relações com a família e com os vizinhos, na localidade anterior e pensando em como elas estão hoje,

Perguntas	Antes	E hoje?
35.1 Como era a relação com a família? (1)Boa (2)Regular (3)Ruim (88)NS (99)NR		
35.2 Como era a relação com vizinhos? (1)Boa (2)Regular (3)Ruim (88)NS (99)NR		
35.3 (Não fornecer as respostas)Se precisasse viajar por um ou dois dias, o(a) sr(a) poderia contar com vizinhos para cuidar da sua casa/filhos? (1)Sim (2)Talvez(3)Não(88)NS (99)NR		
35.4 Em uma situação de emergência, como doença de um familiar ou falta de dinheiro, o(a) Sr(a) receberia ajuda de: (1)Familiares (2)Vizinhos (3)Ambos(88)NS (99)NR		
35.5 Como você classifica o local de moradia, considerando a casa, a vizinhança, o acesso a serviços públicos, suas atividades profissionais e sociais? (1)Boa(2)Regular (3)Ruim (88)NS (99)NR		
35.6 Você morava perto de seus familiares? (Se responder 2, ir para q. 36) (1)Sim (2)Não (88)NS (99)NR		
↓ 35.6.1 Quantos familiares? (Anotar o número) (77)NSA		
↓ 35.6.2 Qual era o tamanho da propriedade que a família tinha, em geral? (Anotar) (77)NSA (88)NS(99)NR		

36. Se pudesse escolher, em qual localidade preferia estar?

(1)Antiga(2)Atual(88)NS (99)NR

CULTURA POLÍTICA/CAPITAL SOCIAL

Agora, gostaria de perguntar sobre algumas coisas que acontecem no país.

37. (Não fornecer as respostas) Em primeiro lugar, o(a) Sr(a) se interessa por política?

(1)Sim(2)Mais ou menos(3)Não (88)NS (99)NR

38. O(a) Sr(a) Costuma se informar sobre assuntos políticos?

(1)Sim(2)Não(88)NS (99)NR

39. Como se informa (tanto sobre assuntos políticos quanto assuntos gerais)?

(1)Sempre(2)De vez em quando(3)Nunca(88)NS(99)NR

39.1 Lê jornais	
39.2 Lê revistas semanais ou mensais	
39.3 Escuta rádio	
39.4 Assiste TV	
39.5 Acessa Internet	
39.6 Vai a Reuniões na Igreja	
39.7 Vai a Reuniões na Comunidade	
39.8 Vai a Reuniões no Sindicato	
39.9 Vai a Reuniões no Partido	

40. (Não fornecer as respostas) Agora eu vou falar algumas frases e gostaria que o(a) Sr(a) me dissesse se concorda ou não concorda que:

(1)Concorda(2)Concorda em parte(3)Discorda(88)NS (99)NR

40.1. Todos os políticos são corruptos.	
40.2. Os políticos prometem, mas não cumprem.	
40.3. O Estado é eficiente na aplicação dos recursos públicos	
40.4. O governo age apenas para os mais favorecidos	

41. Vou ler quatro ações do governo. Para o(a) Sr(a), qual é a mais importante? (Anotar 1) E a segunda mais importante? (Anotar 2)

- Manter a ordem
- Aumentar a participação dos cidadãos nas decisões importantes
- Combater o aumento de preços
- Proteger a liberdade de expressão (88)NS (99)NR

42. Falando sobre governantes, como o(a) Sr(a) avalia o desempenho dos seguintes governantes na época do empreendimento e hoje?

(1)Muito bom (2)Bom (3)Regular (4)Ruim (5)Péssimo (88)NS (99)NR

	Na época	Atualmente
42.1 Presidente da República		
42.2 Governador do Estado		
42.3 Prefeito		

43. De forma geral, o(a) Sr(a) diria que:

(1)Se pode confiar nas pessoas OU (2) Não se pode confiar nas pessoas (88)NS (99)NR

44. (Não fornecer as respostas) Das instituições que vou falar, você confia ou não em:

(1)Confia (2)Mais ou menos (3)Não confia (88)NS (99)NR

44.1 Governo Federal	
44.2 Governo Estadual	
44.3 Governo Municipal	
44.4 Partidos Políticos	
44.5 Judiciário	
44.6 Polícia	
44.7 MAB	
44.8 Igreja	
44.9 Associação de moradores	
44.10 Grandes empresas	

44.11 Empreendedor	
44.12 Ministério Público	
44.13 Rádio/TV/Jornal	

45. Para resolver os problemas do país, o que acha melhor?

- (1)Um líder que coloque as coisas no lugarOU
 (2)A participação da população nas decisões do governo(88)NS (99)NR

46. E, falando agora na participação das pessoas, na sua opinião:

(1)Sim(2)Não (88)NS (99)NR

46.1 A participação das pessoas é importante para resolver os problemas no país /região?	
46.2 A colaboração entre pessoas pode contribuir para melhorar a situação no país /região?	
46.3 Se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas da sua comunidade, o(a) Sr(a) contribuiria?	
46.4 Para o(a) Sr(a) a opinião da maioria das pessoas é levada em conta no país?	

47. O(a) Sr(a) participa de:

(1)Participa (2)Não (3)Já participou (88)NS (99)NR

47.1 Partidos Políticos	
47.2 Associações Comunitárias	
47.3 Sindicatos	
47.4 Cooperativa	
47.5 Associação de Produtores	
47.6 Igrejas	
47.7 Conselhos Populares/Municipais	
47.8 Abaixo assinados	
47.9 Manifestações/protestos	
47.10 Ocupação de terrenos/prédios públicos	
47.11 Igreja	
47.12 MAB (Se responder 2, ir para q. 48)	

↓
 47.13 Desde quando (evento e/ou data)? _____

48. Depois do seu remanejamento, o(a) Sr(a) participou de mobilização de apoio a outros atingidos?

(1)Sim(2)Não(88)NS(99)NR

47.1 Por quê? _____

49. Hoje em dia se tem discutido muito sobre democracia. Para alguns, a democracia é importante, para outros, não é. Na sua opinião, o que significa democracia?

(88)NS (99)NR

50. Agora, gostaria de lhe perguntar se o(a) Sr(a) se identifica com algum partido político? (Se responder 2, ir para a a q. 51)

(1)Sim (2)Não (88)NS (99)NR

↓
**50.1 Se sim,
 qual?** _____

51. Em relação ao voto, o(a) sr(a):

- (1)Considera importante votar(2)Vota porque é obrigatório
 (3)Em geral, não vota em eleições (88)NS (99)NR

52. Quando decide seu voto, o que é mais importante?

- (1)A pessoa do candidato (2)O partido político a que pertence (88)NS (99)NR

53. Se um candidato lhe oferecesse dinheiro ou cesta básica, em troca de seu voto, o que faria?

- (1)Aceitaria e votaria no candidato(2)Não aceitaria trocar o voto
 (3) Aceitaria, mas não votaria nele(4) Não aceitaria e denunciaria (88)NS (99)NR

QUALIDADE DE VIDA

Vamos falar agora sobre qualidade de vida.

54. Como o(a) Sr(a) avalia a qualidade dos seguintes serviços, antes do remanejamento e depois?

- (1)Boa (2)Regular (3)Ruim (88)NS (99)NR

Área	Antes	E hoje?
54.1 Saúde		
54.2 Educação		
54.3 Esporte/Lazer/Cultura		
54.4 Transporte		
54.5 Segurança		
54.6 Saneamento básico		
54.7 Habitação		
54.8 Telefonia		
54.9 Energia		
54.10 Políticas agrícolas		

55. Como era (antes do remanejamento) e como está hoje sua saúde?

- 55.1 Antes(1)Boa (2)Regular (3)Ruim (88)NS (99)NR
 55.2 Atualmente(1)Boa (2)Regular (3)Ruim (88)NS (99)NR

56. Como o(a) Sr(a) avalia a sua casa, antes do remanejamento e hoje?

- 56.1 Antes(1)Boa (2)Regular (3)Ruim (88)NS (99)NR
 56.2 Hoje (1)Boa (2)Regular (3)Ruim (88)NS (99)NR

57. O que possuía antes do remanejamento e o que possui hoje em casa?

- (1)Sim (2)Não (88)NS (99)NR

	Antes	Atualmente
57.1 Água encanada		
57.2 Luz elétrica		
57.3 Banheiro		
57.4 Telefone		
57.5 Máquina de lavar roupa		
57.6 Refrigerador		

57.7 Freezer		
57.8 TV		
57.9 Antena parabólica		
57.10 Computador		

58. Qual era seu patrimônio antes e o que você possui hoje?

(1)Sim (2)Não (88)NS (99)NR

	Antes	Atualmente
58.1 Trator/microtrator		
58.2 Implementos para trator (arado, grade, escarificador, etc.)		
58.3 Veículo para serviço (Saveiro, C10, Pick-up...)		
58.4 Veículo para passeio		
58.5 Junta de boi		
58.6 Outros: _____		

59. Pensando no bem estar das pessoas, quem é o maior responsável por ele?

(1)As pessoas (2)O governo (88)NS (99)NR

60. Comparando sua situação antes e depois do remanejamento, como considera sua situação e de sua família hoje, quanto a ...

(1)Melhor (2)Igual (3)Pior (88)NS (99)NR

	Atualmente	E para os próximos 5 anos?
60.1 Qualidade de vida		
60.2 Renda familiar		
60.3 Vida comunitária		
60.4 Trabalho		
60.5 Mercado		

61. Antes do remanejamento, o(a) Sr(a) conseguia poupar algum dinheiro no final do mês? (Anotar a resposta) E Hoje em dia? (Anotar a resposta)

(1)Sim (2)Mais ou menos (3)Não(88)NS (99)NR

61.1 Antes	
61.2 Hoje em dia	

62. Se o(a) sr(a) fosse falar da sua situação hoje, a quem reclamaria? (Anotar a resposta) E a quem agradeceria? (Anotar a resposta)

(1)Governo (2)MAB (3)Empreendedor (4)Outro. Quem? (88)NS (99)NR

62.1 Reclamaria para	
62.2 Agradeceria para	

63. Vamos classificar as pessoas que vivem melhor no Brasil no nível 10, e as que vivem pior, no nível 1. Em que nível o(a) Sr(a) se coloca? (Mostrar régua)

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

(88)NS (99)NR

64. Qual sua renda mensal familiar? _____

(88)NS(99)NR

q64.outro. Renda convertida para a unidade de medida salário

(1) até um salário mínimo (2) de 1 a 2 sm (3) de 2 a 5 sm (4) de 4 a 5 sm

(5) acima de 10 sm (6) não tinha renda (88)NS (99)NR

65. Qual o seu estado civil?

(1)Solteiro(a)(2)Casado(a)(3)Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente
(4)Divorciado(a)(5)Viúvo(a) (88)NS (99)NR

66. (Não fornecer as respostas) Qual a sua religião?

(1)Católico(a)(2)Luterano(a)(3)Outra: _____ (88)NS (99)NR

67. (Não fornecer as respostas) Qual a sua origem étnica?

(1)Luso brasileira (2)Alemã (3)Italiana (4)Polonesa (5)Indígena
(6)Afrodescendente (7)Cabocla (8)Outra: _____ (88)NS(99)NR

68. Você concorda ou não concorda com o uso coletivo de:

(1) Concorda (2) Concorda em parte (3) Não concorda (88) Não sabe (99)NR

q68.1 USO DA TERRA	
q68.2 USO DO MAQUINÁRIO	
q68.3 CRIAÇÃO DE ANIMAIS	
q68.4 TRABALHO COLETIVO	
q68.5 USO DA CAPELA/SALÃO	
q68.6 USO DA MATA E DE AÇUDES	
q68.7 USO DE GALPÃO/PAIO	

Agradecer e encerrar a entrevista.

Nome do entrevistado: _____

Telefone de contato: _____

Entrevistador: _____

Supervisor: _____

Anexo 2: Construção dos Indicadores

Etapas de construção dos índices: Ponderação das Variáveis

Índice de Capital Social Encapsulado

Matriz dos components principais:

	Component
	1
Q33.2A O(a) Sr(a) costumava ir nessas atividades? categorizada	,954
Q33.3A Gostava dessas atividades? categorizada	,948
Q33.1A E agora, falando sobre atividades na comunidade, antes e depois do remanejamento: Havia atividades de lazer na comunidade? categorizada	,916

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a. 1 components extracted.

Índice de Potencial de Capital Social Emancipatório

Matriz dos components principais:

	Component
	1
q46.2A colaboração entre pessoas pode contribuir para melhorar a situação no país/região?	,804
q46.1 A participação das pessoas é importante para resolver os problemas do país/região?	,804

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a. 1 components extracted.

Índice de Confiança Interpessoal

Matriz dos components principais:

Component Matrix^a

	Component
	1
q35.3A Se precisasse vingar por um ou dois dias, o(a) sr(a) poderia contar com vizinhos para cuidar da sua casa/filhos?	,832
q35.2A Como era a relação com vizinhos?	,832

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a. 1 components extracted.

Índice de Confiança Institucional

Matriz dos components principais:

Rotated Component Matrix^a

	Component			
	Confiança Institucional	2	3	4
q44.1 A Das instituições que vou falar, você confia ou não em: Governo Federal	,870			
q44.2 A Governo Estadual	,865			
q44.3 A Governo Municipal	,696			
q44.6 A Polícia		,853		
q44.5 A Judiciário		,811		
q44.11 A Empreendedor			,830	
q44.10 A Grandes empresas			,827	
q44.8 A Igreja				,785
q44.9 A Associação de moradores				,756

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 6 iterations.

Índice de Participação Política

Matriz dos components principais:

Rotated Component Matrix^a

	Component		
	1	2	3
q47.4 Cooperativa	,744		
q47.5 Associações de Produtores	,742		
q47.3 Sindicatos	,692		
q47.2 Associações Comunitárias	,530		
q47.12 MAB		,791	
q47.9 Manifestações/protestos		,785	
q47.10 Ocupação de terrenos/prédios públicos		,726	
q47.1 O(a) Sr(a) participa de: Partidos Políticos?			,859
q47.7 Conselhos Populares/Municipais			,571

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 4 iterations.

Descrição estatística e frequência dos índices

Descriptive Statistics

	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
Índice de Capital social encapsulado	572	,00	1,00	,8596	,32639
Índice C S emancipatorio	622	,00	1,00	,9775	,11826
Índice de Confinança Institucional	577	,00	1,00	,6092	,30653
Índice de Confiança Interpessoal	624	,00	1,00	,9627	,14063
Índice de Participação política	627	,00	1,00	,3099	,25796
Valid N (listwise)	510				

csencapsuladook

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	,00	62	9,8	10,8	10,8
	,33	18	2,8	3,1	14,0
	,67	19	3,0	3,3	17,3
	1,00	473	74,8	82,7	100,0
	Total	572	90,5	100,0	
Missing	System	60	9,5		
Total		632	100,0		

Índice C S emancipatorio

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	,00	4	,6	,6	,6
	,50	20	3,2	3,2	3,9
	1,00	598	94,6	96,1	100,0
	Total	622	98,4	100,0	
Missing	System	10	1,6		
Total		632	100,0		

Índice de Confiança Interpessoal

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	,00	6	,9	1,0	1,0
	,25	1	,2	,2	1,1
	,50	20	3,2	3,2	4,3
	,75	26	4,1	4,2	8,5
	1,00	571	90,3	91,5	100,0
	Total	624	98,7	100,0	
Missing	System	8	1,3		
Total		632	100,0		

Índice de Confiança Institucional

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	,00	58	9,2	10,1	10,1
	,17	17	2,7	2,9	13,0
	,33	51	8,1	8,8	21,8
	,50	140	22,2	24,3	46,1
	,67	118	18,7	20,5	66,6
	,83	60	9,5	10,4	76,9
	1,00	133	21,0	23,1	100,0
	Total	577	91,3	100,0	
Missing	System	55	8,7		
Total		632	100,0		

Índice de Participação política

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	,00	167	26,4	26,6	26,6
	,17	90	14,2	14,4	41,0
	,33	170	26,9	27,1	68,1
	,50	116	18,4	18,5	86,6
	,67	53	8,4	8,5	95,1
	,83	10	1,6	1,6	96,7
	1,00	21	3,3	3,3	100,0
	Total	627	99,2	100,0	
Missing	System	5	,8		
Total		632	100,0		

Anexo 3: Modelo de Análise de Trajetória

Coeficientes verificados nas análises sem o arredondamento:

